

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Nº 05/2022

Gestão Territorial Indígena no
Sul Amazônia

Período de Acompanhamento: Maio/20 a Mar/22

Data: 31/05/2022



APRESENTAÇÃO

O presente documento é um roteiro para elaboração de um Relatório de Desempenho. O objetivo deste relatório é fornecer ao BNDES informações sobre a situação da operação contratada no âmbito do Fundo Amazônia, como a evolução física e financeira do projeto, as ocorrências relevantes referentes ao beneficiário, o atendimento às obrigações contratuais e o monitoramento dos indicadores do quadro lógico, entre outros. O Relatório de Desempenho deve ser preenchido, assinado e enviado ao BNDES pelo beneficiário da colaboração financeira não reembolsável do Fundo Amazônia, em versão impressa e por e-mail.

Nas seções “A”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “L” deste modelo de relatório, o beneficiário deve preencher as planilhas eletrônicas que compõem este documento como “objetos incorporados”, os quais permitem o acesso às planilhas eletrônicas a partir do próprio documento de texto. Para o preenchimento, o beneficiário deve clicar duas vezes no ícone do objeto e preencher as tabelas conforme as orientações constantes nas planilhas. Estas planilhas devem ser enviadas impressas ao BNDES em anexo à versão impressa do Relatório de Desempenho e enviadas por e-mail, salvas na versão eletrônica do próprio Relatório de Desempenho.

A apresentação do Relatório de Desempenho pelo beneficiário é parte integrante das obrigações contratuais assumidas pelo beneficiário perante o BNDES, conforme previsto nas “Normas e Instruções de Acompanhamento”, da Diretoria do BNDES.

Além das informações mencionadas no modelo de Relatório de Desempenho, o beneficiário deve enviar, quando solicitado, os documentos pertinentes sobre o cumprimento das condições constantes no contrato.

As orientações para preenchimento do Relatório de Desempenho estão no corpo do presente documento e a equipe responsável pelo acompanhamento do projeto pode ser contatada para quaisquer esclarecimentos.

O Relatório de Desempenho deverá ser encaminhado, aos cuidados do gerente responsável pela operação, para o seguinte endereço:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Área de Meio Ambiente - AMA
Departamento de Gestão do Fundo Amazônia - DEFAM
Av. República do Chile, 100 - Protocolo - Térreo
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-917
A/C de (Andreia Queiroz)

“Como indígena a gente já é um agente ambiental. Mas precisamos de mais conhecimento. Por isso, é importante o apoio dos parceiros. Ser um agente ambiental morando dentro da comunidade é muito importante para defendermos nosso território. E o apoio dos parceiros com treinamentos, com ajuda de custo, torna a gente mais forte pra esse trabalho de defesa do território.”

André Julião
Cacique da TI PENERI e Conselheiro da OPIAJ

ÍNDICE

METAS GERAIS DO PROJETO SULAM INDÍGENA

A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO

B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO

C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO

E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS

G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO

I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET

J) ASPECTOS AMBIENTAIS

Metas gerais do projeto SulAM Indígena

A seguir, destacamos as principais realizações do projeto, nas 8 TIs beneficiárias, nos 4 municípios de atuação no Sul do AMazonas: Humaitá, Boca do Acre, Lábrea e Pauini, junto às organizações indígenas FOCIMP, OPIAJBAM e OPIAJ na calha do rio Purus e OPIPAM, APIJ e APITIPRE na calha do rio Madeira.

Em relação à Ação 1: Fortalecimento de Associações Indígenas, atingimos as metas de realizar reuniões para abertura do projeto em todas as TI's beneficiárias; realizamos 3 módulos de formação continuada para 30 gestores indígenas das 6 associações parceiras; apoiamos a participação de indígenas em diversas articulações políticas visando incidência na governança da PNGATI e realizamos 6 reuniões com as associações indígenas para planejamento, monitoramento e avaliação do projeto, tendo sido 5 presenciais e 1 virtual. Em relação à infraestrutura e equipamentos, adquirimos embarcações, infraestrutura para internet, celulares, GPS, Datashow, dentre outros, o que possibilitou às associações melhorarem seu funcionamento e atuação junto às terras indígenas (ver planilha de equipamentos para maior detalhamento).

Em relação à ação 1.2: Controle e proteção territorial, foram realizados 3 módulos presenciais de formação continuada para 73 Agentes Ambientais Indígenas conforme previsto e 42 excursões de vigilância realizadas, superando a meta de 21, graças ao comprometimento e protagonismo dos AAI's e comunidades. Os intercâmbios para troca de conhecimento em proteção territorial também ocorreram, mesmo já no contexto da pandemia, de maneira virtual, entre os AAI's e animado pelo IEB nos grupos de WhatsApp. Esta ação foi responsável pela proteção dos 1.007.000 hectares de territórios indígenas beneficiários do projeto.

Na atividade 1.3 Gestão ambiental, recuperação de áreas degradadas e recursos hídricos foram realizados 2 módulos presenciais de formação com 43 AAI´s e o último módulo foi impactado pela pandemia da Covid-19, tendo sido readequado para uma série de atividades online, que embora não substituíssem a proposta presencial, permitiram uma intensa convivência e fortalecimento da parceria, sendo os AAI´s os grandes protagonistas das ações realizadas em suas comunidades. Em relação aos SAF´s implementados, a meta inicial foi superada, pois ano após ano as comunidades mantinham e ampliavam, demonstrando sua disposição para implementar esse tipo de ação de maneira exemplar. Os mutirões realizados todos os anos foram momentos importantíssimos de convivência e trabalho coletivo, nos 26,33 hectares com SAF´s apoiados pelo projeto.

Na atividade 1.4 Manejo e uso sustentável dos recursos naturais, o diagnóstico realizado no início do projeto foi fundamental para entender melhor a organização da produção de castanha e açaí, servindo de base para a ação continuada de 93 visitas de assistência técnica nas terras indígenas beneficiárias. As comunidades melhoraram sua produção, com o apoio dos barracões para armazenamento da castanha, limpeza dos acessos e as mesas de secagem, totalizando 41 unidades de infraestrutura para produção, superando as 18 previstas no início do projeto. Isso ocorreu graças ao contínuo diálogo com as associações e comunidades, que optaram por descentralizar as infraestruturas previstas inicialmente, permitindo maior capilarização e uso nos territórios. Mesmo nos anos de menor comercia-

lização da castanha, foi possível gerar renda para as famílias. No total, o projeto apoiou a geração de uma receita de R\$ 1.910.063,50 e um volume de 780.115 kg de produção comercializada, somente de castanha. O seminário final previsto não pôde ser realizado presencialmente por causa da pandemia e foi incorporado ao Webinário de encerramento do projeto que ocorreu virtualmente.

Em relação à atividade 1.5 Monitoramento de avanço do desmatamento nas 7 TIs, as 6 associações indígenas foram apoiadas com equipamentos e a formação necessárias para produzir informações georreferenciadas sobre seus territórios. Novamente, o destaque vai para os AAI´s, que têm grande interesse em seguir aplicando esse tipo de conhecimento e ferramenta, tanto para a gestão quanto para a proteção dos territórios..

Finalmente, o PGTA da TI Igarapé Preto foi elaborado em todas as suas fases, com ampla participação e protagonismo dos Tenharin do Igarapé Preto. Este apoio foi fundamental para viabilizar ações e projetos de implementação de iniciativas voltadas à gestão deste território.

O projeto SulAm Indígena propiciou a implementação de 7 PGTA´s no Sul do Amazonas, nas TIs Apurinã Km 124 BR 317, Boca do Acre, Água Preta/Inari, Caititu, Ipixuna, Jiahui e Nove de Janeiro, além da elaboração do PGTA da TI Igarapé Preto, reafirmando a parceria com 6 organizações indígenas, tendo sido fundamental para o avanço da implementação da PNGATI na região. É inequívoco o papel do Fundo Amazônia no apoio desta política pública, que seguirá seu caminho de imple-

mentação. Tanto o IEB quanto as organizações e comunidades indígenas aprenderam muito ao longo dos 5 anos de execução deste projeto, estando dispostos e preparados para propor e vislumbrar uma segunda fase de apoio à gestão territorial indígena, com um novo projeto que aproveite as lições aprendidas e amplie seu escopo de atuação, fortalecendo os resultados já conquistados..



A)

Atividades Realizadas e Grau de Execução Física do Projeto

Desde 13 de março de 2020, o IEB instituiu, de acordo com as medidas das autoridades de saúde, a estratégia de distanciamento social, recomendada em decorrência da pandemia mundial do Covid-19. Desde então, as atividades que exigiam aglomeração ou deslocamento foram adaptadas ou reformuladas, e os encontros presenciais entre comunidades foram suspensos neste momento.

Para a continuidade das atividades foi preciso contar com etapas diferenciadas para sua execução. No caso específico das ações que integram este projeto, adaptamos metodologicamente as ações em diálogo com gestores das organizações indígenas de forma a viabilizar as ações previstas com assessoria remota, utilizando as tecnologias de comunicação.

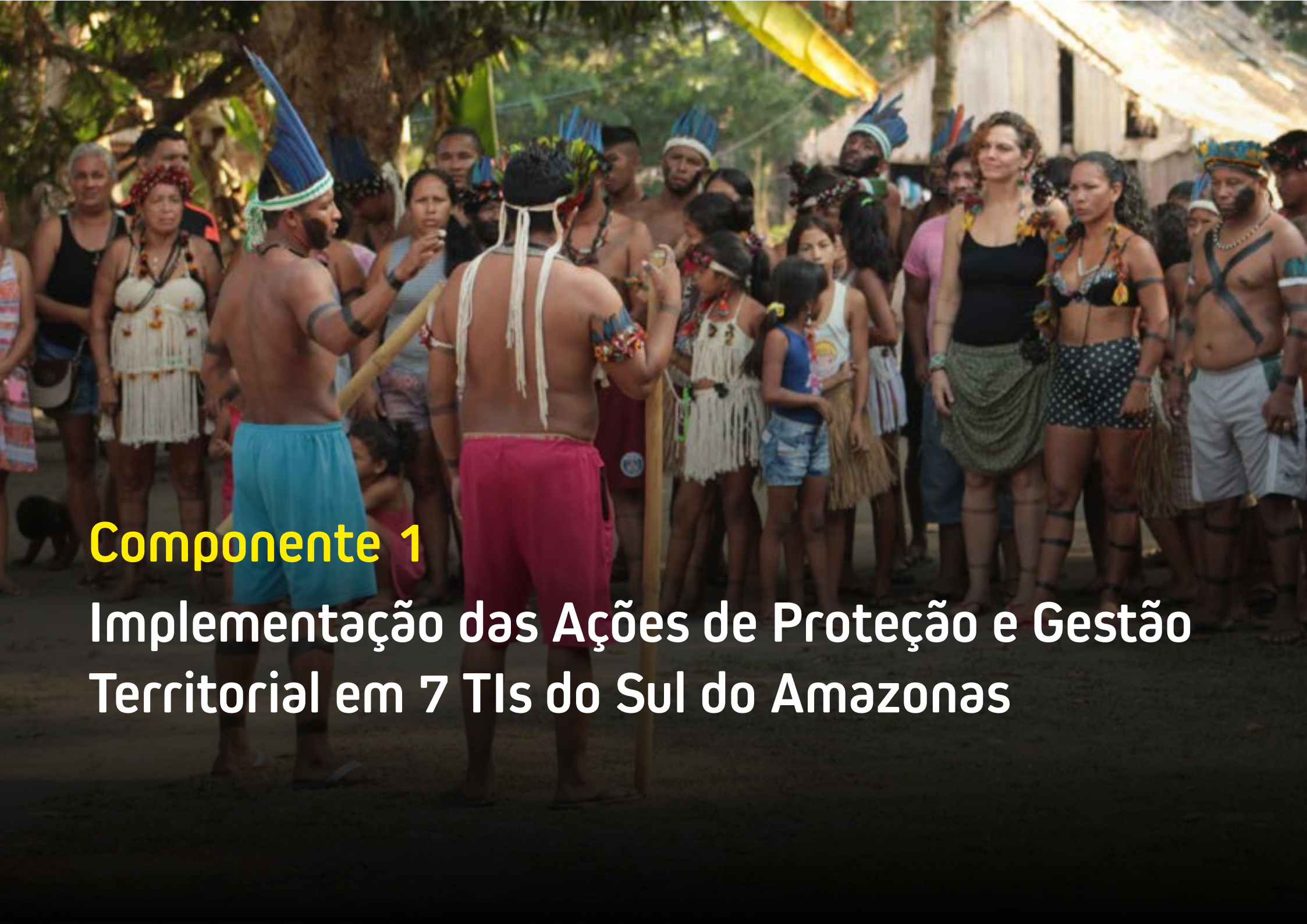
Ao monitorar o impacto da pandemia sobre os territórios e comunidades indígenas, ficou evidente que o apoio aos núcleos familiares e Agentes Ambientais Indígenas seria fundamental para manter a mobilização social em torno das ações de proteção e gestão territorial em cada comunidade e ao mesmo tempo permitir a permanência dos indígenas em suas terras, onde certamente encontravam-se em maior segurança.

Em razão deste contexto pandêmico e buscando a eficácia das adaptações metodológicas, os celulares dos Agentes Ambientais Indígenas foram adquiridos e entregues

em suas comunidades. Nos aparelhos foram instalados os softwares de monitoramento territorial e aplicativos de mensageria e videoconferência. A equipe técnica passou a conduzir as atividades e prestar assessoria continuada remotamente. De forma complementar, o IEB fez um diagnóstico coordenado entre programas e projetos, com o objetivo de viabilizar acesso à comunicação na área de abrangência das associações beneficiárias.

Contudo, com a alta taxa de vacinação atual no Brasil e a diminuição da taxa de transmissão da COVID-19, no início de 2022 algumas atividades presenciais de caráter local voltaram a ser realizadas, ao levar em consideração protocolos sanitários recomendados por um profissional da saúde que assessorava o IEB. Já aquelas atividades que, para o seu acontecimento, demandam uma aglomeração de indivíduos de diferentes localidades, seguiram suspensas, pois devido aos deslocamentos e origem distintas dos participantes geraram uma maior probabilidade de transmissão do vírus.

Posto isto, e como resultado do diálogo sistemático com as organizações indígenas parceiras, iremos reportar as ações realizadas no Projeto Sulam Indígena - Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas, entre 20 de maio de 2020 e 20 de março de 2022.



Componente 1

Implementação das Ações de Proteção e Gestão Territorial em 7 TIs do Sul do Amazonas

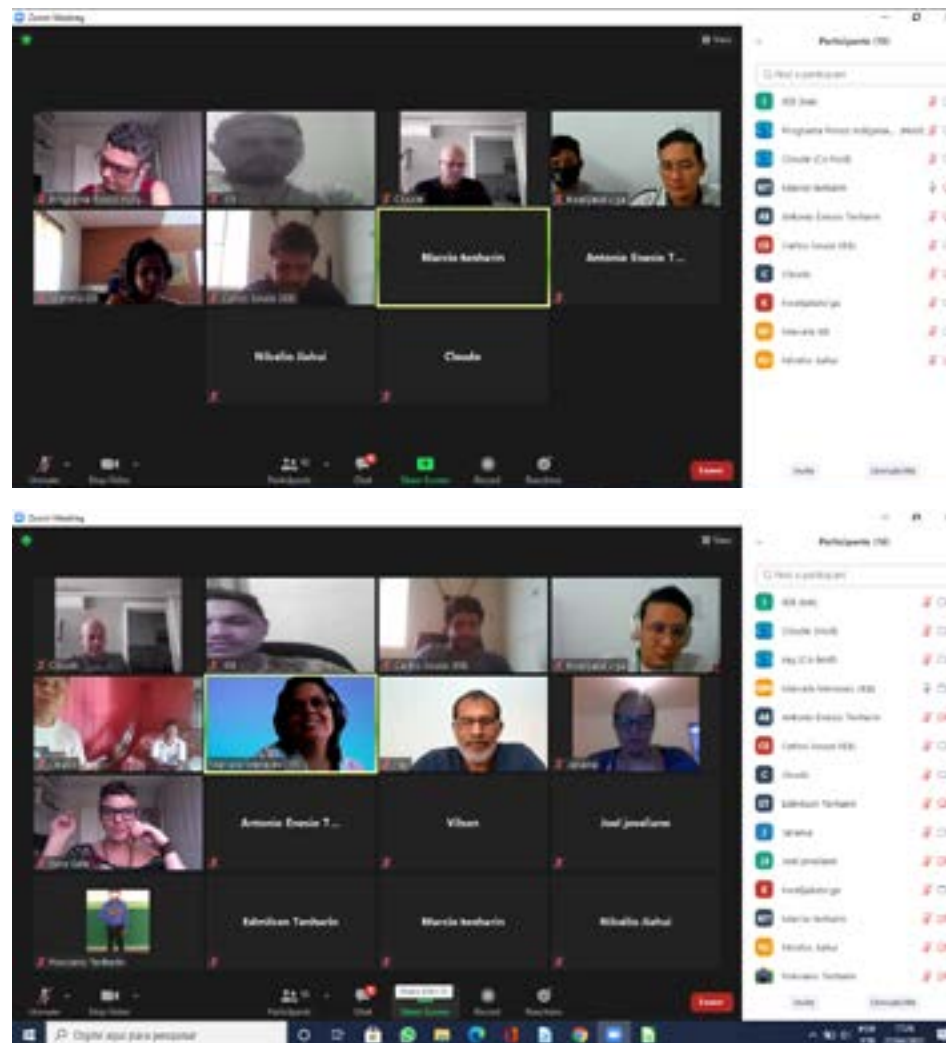
1.1 – Fortalecimento Institucional

1.1.3 – Participação de dirigentes e quadros das associações em eventos da PNGATI

Para garantir que as organizações continuassem a realizar reuniões virtuais de articulação política junto a órgãos públicos e parceiros, acompanhassem os processos de participação relacionadas à PNGATI e à garantia da proteção de seus territórios, foram adquiridos celulares para as coordenações das 6 organizações indígenas parceiras do projeto. Adicionalmente, foram mantidos os pagamentos das mensalidades das internet já instaladas e sua devida manutenção, melhorando inclusive a qualidade do acesso à comunicação para algumas organizações, como a OPIAJ em Pauini, a OPIAJBAM em Boca do Acre, a APITIPRE, OPIPAM e APIJ no Madeira.

1.1.4 – Realizar 02 reuniões/ano com as 6 associações indígenas parceiras do projeto para avaliação, monitoramento, planejamento e sistematização das atividades

Ao levar em consideração as particularidades dos territórios em questão, as agendas das associações indígenas para a participação de reuniões e o número de participantes em formato remoto, a equipe do IEB dividiu os encontros virtuais de planejamento, avaliação e monitoramento entre calhas: Madeira e Purus. Sendo



legenda: reunião de planejamento, avaliação e monitoramento com APIJ e OPIPAM

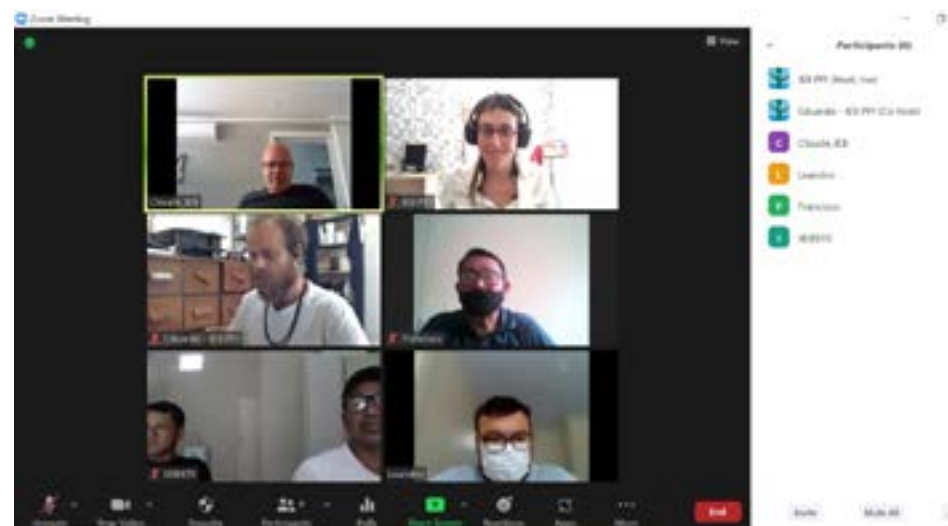
assim, durante o mês de março e abril/21, foram realizadas 4 reuniões virtuais de planejamento, avaliação e monitoramento com as organizações indígenas parceiras da calha do Madeira (APIJ, OPIPAM e APITIPRE).

No caso das organizações indígenas parceiras da calha do Purus (FOCIMP, OPIAJ e OPIAJBAM), as reuniões ocorreram em dois formatos: reunindo as três associações citadas quando possível e de maneira pulverizada durante o período em questão. Além disso, foi necessário executar rodadas adicionais de reuniões em razão da troca da Coordenação Executiva da FOCIMP.

De maneira geral, nessas reuniões foram apresentadas as atividades previstas e as propostas de adequação metodológica citadas na introdução deste documento que tiveram de ser monitoradas ao longo do período. Como resultado dessas reuniões, as organizações indígenas tiveram mais clareza das ações a serem executadas, e participaram ativamente da construção de novas formas de implementar as atividades, diminuindo a circulação de pessoas entre comunidades pelo menos até o avanço da vacinação, considerando que os povos indígenas são grupos vulneráveis.



reunião de planejamento, avaliação e monitoramento com Focimp, Opiaj e Opiajbam.



Reunião de planejamento, avaliação e monitoramento com OPIAJBAM.

1.1.5 – Infraestrutura das associações indígenas

Parte das despesas previstas nesta ação foi direcionada para dar apoio às organizações indígenas e comunidades para manutenção e fortalecimento das estruturas de comunicação. Nesse sentido, além dos recursos previamente garantidos, foram adquiridos 79 celulares para as organizações e Agentes Ambientais Indígenas, além de webcam, nobreak, projetores, transformador e caixas de som, que viabilizaram uma comunicação mais eficiente entre a equipe do IEB e as terras indígenas. De forma complementar, foram instalados postes de energia elétrica, baterias e inversor solar em alguns casos em que houve necessidade.

Tais aquisições contribuíram para a continuidade das formações, mobilização das comunidades, realização de reuniões junto às organizações indígenas, planejamentos e monitoramento das atividades em campo, fortalecendo as organizações parceiras e o trabalho dos Agentes Ambientais Indígenas nos territórios.

Outros equipamentos, - conforme reportado nos próximos tópicos deste relatório - foram direcionados ao apoio direto às atividades de campo, como no caso dos fornos de farinha, motores estacionários, roçadeiras, entre outros utilizados em atividades relacionadas à implementação de SAFs, roçados e produção de farinha, açaí e castanha.

A lista detalhada dos equipamentos adquiridos pode ser verificada no Anexo F) Listagem de Máquinas e Equipamentos Adquiridos

FOCIMP (Lábrea)

Ao considerar as demandas da FOCIMP com relação à embarcação, sobretudo no que tange o apoio às atividades produtivas, como o transporte de açaí, castanha e do pescado do manejo do Pirarucu, o processo de aquisição e entrega do barco foi realizado em etapas descritas abaixo:

- a) Levantamento de embarcações que estivessem em conformidade com os preços e qualidade adequada e que atendessem a demanda da FOCIMP para apoiar as atividades produtivas;
- b) levantamento do histórico de legalização das embarcações cotadas;
- c) apresentação das cotações levantadas para a coordenação com a FOCIMP e formalização da escolha da embarcação mais adequada;
- d) assinatura de contrato de compra e venda da embarcação; regularização na Marinha para transferência de proprietário e
- e) entrega da embarcação na sede da FOCIMP.

Para além da aquisição do barco, nos meses de maio e junho de 2020 foi realizada mais uma etapa de manutenção das embarcações da FOCIMP adquiridas no âmbito desta iniciativa, com substituição de peças e execução dos reparos necessários.



Reunião virtual com a FOCIMP para apresentação da proposta de aquisição do barco da associação

OPIAJ (Pauini)

Nos meses de outubro e novembro de 2020, as embarcações da OPIAJ passaram por manutenção, reposição de peças e acessórios. Para tanto, os botes foram deslocados até a cidade de Boca do Acre (AM) por escassez de empresa qualificada na cidade de Pauini. Cabe ressaltar que algumas peças são vendidas unicamente em lojas especializadas e representantes da marca Honda e, por este motivo, o coordenador da OPIAJ teve de deslocar-se para Rio Branco (AC) para efetuar a compra.

Entre os serviços realizados, destacamos: a compra de motor de partida do motor 90 hp, a reposição de hélices e bombas, troca de óleo, reforma de bancos, capotas e faróis. Além disso, foi aplicado recurso para o deslocamento das embarcações (combustível) até a oficina e manutenção do Coordenador da OPIAJ (hospedagem, alimentação e passagens).

Posteriormente, a última rodada de manutenção dos botes e motores da OPIAJ e da T.I. Água Preta/Inari foi realizada no período de 7 a 15 de março de 2022, destinando-se à troca de peças e acessórios, reparos na funilaria e troca de óleo e bombas de gasolina e d'água.

Como alternativa para potencializar o fortalecimento institucional, foi reconstruído um flutuante para acomodar as embarcações da OPIAJ: dois botes de alumí-

nio de 7 metros, com propulsão de 40 e 90 hp.

O flutuante, que mede 6x8 passou por uma reconstrução pois encontrava-se com sua estrutura comprometida. Com aportes do projeto foi possível apoiar mão de obra indígena para a serralha e carpintaria, além da

aquisição de materiais elétricos, combustível para o transporte e materiais de pintura.

A atividade foi realizada no período de 15 a 31 de janeiro de 2022.



fotos do início da reconstrução do flutuante

OPIAJBAM (Boca do Acre)

Seguindo uma metodologia similar, neste período foram feitas manutenções, reposição de peças e acessórios nas embarcações da OPIAJBAM e das comunidades da TI Boca do Acre e Km 124. As embarcações da TI Boca do Acre foram utilizadas no mês de dezembro/22 para vigilância interna na TI a pedido dos AAIs.

APIJ, OPIPAM e APITIPRE (Humaitá)

Entre os meses de julho de 2021 a março de 2022 foram realizadas manutenções preventivas nos motores de popa 15 HP e 25 HP Yamaha, e nas embarcações que são utilizadas nas excursões de vigilâncias, no escoamento da produção agroextrativistas e na pesca de subsistência das famílias kagwahiva. Ao total foram realizadas 12 manutenções preventivas (limpeza do carburador, troca de óleo da rabeta e das velas de ignição) nos motores 15HP Yamaha da aldeia Kwaiari e da aldeia Paranã Pukahu, e os de potência de 25 HP Yamaha da aldeia Ju'i (IEB 918), da aldeia Canavial, da aldeia Pupunha, da aldeia Igarapé Preto e da aldeia Traíra. Além de reposição de peças para esses motores, como por exemplo, hélices 15 e 25 HP, bateria, cabo acelerador, reparo do carburador, rotor de bomba, bomba de gasolina, vela de ignição, kit de junta do cabeçote, retentor do eixo da hélice).

Também foram realizadas manutenções preventivas (troca de óleo e limpeza dos carburadores) e reposição de peças (correia b56, bomba de óleo, rolamento e kit completo ns18 e filtro de óleo) dos motores geradores 3,0 kva da aldeia Canavial, gerador B18 da aldeia cana-



Manutenção preventiva do motor 25 HP Yamaha da aldeia Traíra (IEB919) realizado na oficina na cidade de Humaitá –AM.



Manutenção do motor gerador B18 da aldeia canavial (IEB980) na oficina na cidade de Humaitá –AM.

vial, o gerador da aldeia Paranã Pukahu e gerador 7,5 kva da aldeia Traíra.

Nesse tempo também foram realizadas configurações do Windows 10 e reposição de peças (fonte do computador, bateria bios, troca do HD interno SSD480GB) dos microcomputadores dell das associações indígenas APIJ, do SIG da OPIPAM, do SIG da OPIPAM, da OPIPAM e do técnico de campo de Humaitá. Os microcomputadores são utilizados pelas associações e agentes ambientais indígenas para participarem das reuniões pelo aplicativo ZOOM e dos cursos de formações pela Plataforma FORMAR - ambiente de ensino e aprendizagem remoto desenvolvido pelo IEB.

Os motocultivadores da TI nove de janeiro, Ipixuna e Jiahui utilizados pelos indígenas para revolver a terra durante as implantações dos roçados nas aldeias Parintintin e Jiahui passaram também pelas manutenções preventivas (troca de óleo, limpeza dos carburadores, troca das correias e câmaras dos pneus). As roçadeiras das TI's Nove de janeiro, TI Ipixuna e TI jiahui que apoiam a limpeza dos roçados e das 10 áreas de SAF nos territórios Parintintin e Jiahui passaram pela manutenção preventiva (descarbonização, limpeza do carburador e regulagem) e reposição de peças (juntas de cilindro, vela de ignição, prato giratório, carburador e cabeçote still).

A caixa de som da OPIPAM que apoia as reuniões da associação indígena e as oficinas dos agentes ambientais indígenas passou por uma manutenção e reposição de peças para a continuar atendendo as atividades no território Parintintin.



Manutenção (solda de uma chapa de alumínio) da embarcação de 7,0 m da aldeia Traíra (IEB890) realizada na oficina na cidade de Humaitá –AM.



“A experiência de vigilância na TI aconteceu em parceria com o IEB. Foram várias formações e capacitações. E várias atividades foram desenvolvidas: mapeamento do castanhal e outros mapeamentos, limpeza dos igarapés que ajuda a escoar a produção. Por exemplo, a limpeza dos cacauzeiros ajudou na produção de chocolate, mostrando o potencial da nossa terra.”

Antônio Silva
Agente Ambiental a Terra Indígena (TI) Água Preta – Inari

1.2 – Controle e Proteção Territorial

1.2.1 – Formação continuada em proteção territorial

Ao longo da implementação do projeto, as ações relacionadas ao controle e proteção territorial foram compostas de etapas de aprendizagem e mobilização, articulando a formação dos Agentes Ambientais Indígenas com o desenvolvimento de atividades práticas em suas comunidades ao visar a multiplicação de conhecimentos. Essa estratégia de atuação teve por objetivo garantir a sustentabilidade nas ações de proteção territorial a partir de uma perspectiva reflexiva e inclusiva, abordando a proteção a partir do conhecimento, uso e ocupação do território, o que por sua vez subsidiou a elaboração de estratégias autodeterminadas e coresponsabilização por parte das comunidades. Nesse sentido, um dos principais efeitos dessa metodologia foi o envolvimento de anciãos, jovens, crianças, mulheres e lideranças nas etapas de planejamento, execução e sistematização das atividades relacionadas ao tema.

As ações buscaram articular as andanças pelo território, caçadas, pescarias, coletas de semente, trabalho nas safras de produtos extrativistas com a proteção do território, envolvendo um monitoramento mais profundo dos ambientes, recursos e vulnerabilidades. Além disso, é notório o crescente interesse dos jovens pela gestão e proteção do território como perspectiva de futuro sustentável para as novas gerações.

Posto isto, cabe destacar que o trabalho que já vinha sendo realizado com estes atores e o grau de maturidade das turmas de Agentes Ambientais em formação desde o início do projeto possibilitou a continuidade do trabalho nos territórios mesmo diante da pandemia de Covid-19 e a restrição imposta pelo distanciamento social. As formações em ambiente remoto com retomada de conteúdos, o planejamento participativo e o monitoramento conjunto das atividades permitiram inclusive reuniões pontuais entre habitantes das TIs beneficiárias e, em alguns casos, a efetivação de intercâmbios presenciais sobre o tema, como será apresentado no subtópico seguinte:

1.2.2 – Intercâmbio de proteção

Foram realizadas excursões de monitoramento territorial georeferenciadas e registradas nos aparelhos celulares que foram disponibilizados aos 73 Agentes Ambien-



Entrega dos smartphone para os AAI da aldeia Canavial – TI Ipixuna



Entrega dos smartphone para os AAI da aldeia Pupunha – TI Nove de Janeiro

tais Indígenas (AAIs), que ficaram responsáveis pela coleta de dados com apoio de tutoriais audiovisuais e conteúdos explicativos. Dessa forma, os AAI puderam coletar dados in loco sobre alertas de desmatamento ou invasões e compartilhar análises de lideranças e demais comunitários sobre estratégias de proteção territorial desenvolvidas nas terras indígenas beneficiárias do projeto. Ao IEB coube garantir a viabilidade da ação e a troca de experiências de proteção territorial entre os Agentes Ambientais, associações indígenas e comunitários que puderam compartilhar suas experiências na realização do Seminário Final do Projeto realizado em consonância com a atividade 1.5.3. “Produzir e disseminar informações qualificadas sobre avanço do desmatamento nas TIs do Sul do Amazonas por meio da realização de seminários temáticos e produção de subsídios”.

Intercâmbio na calha do Madeira

Essa metodologia foi dividida em 04 momentos:

1) Entrega dos celulares smartphones para os 30 Agentes ambientais Kagwahiva, manutenção e melhoria nos terminais de internet satélite Banda KA existentes nas aldeias Pupunha, Canavial, Ju'i, Traíra e Paranã Pukahu, sendo estas duas últimas instaladas apoiado pelo projeto Sulam Indígena.

2) No dia 17 de setembro de 2021, a equipe técnica do IEB e os 30 agentes ambientais Kagwahiva se reuniram por videoconferência para uma pequena formação orientadora sobre o intercâmbio. A reunião iniciou com uma contextualização sobre as atividades de formação dos AAI que já foram realizadas. Em seguida, foram lembrados as funções dos aplicativos GAIA GPS que registra as coordenadas geográficas e do ODK collect, que facilita a sistematização dos dados. A reunião foi finalizada com umas dicas de como registra uma foto e vídeo na floresta, observando o ângulo e a luminosidade e atentando-se para a captação de áudio mais adequada.

§Monitoramentos nos territórios indígenas. Esses monitoramentos são realizados pelos indígenas nas caçadas, pescaria e nas coletas de castanha e açai. No total foram realizadas três vigilâncias entre os dias 21 de setembro a 15 de outubro de 2021, uma em cada terra indígena beneficiária do projeto, na região de Humaitá- AM.



Entrega dos smartphones para os AAI da aldeia Ju'i – TI Jiahui



Entrega dos smartphones para os AAI da aldeia Traíra – TI Nove de Janeiro

4) A atividade foi finalizada no grupo de WhatsApp dos AAI Kagwahiva, onde participam os 30 AAI da região de Humaitá, as associações OPIPAM e APIJ, e a equipe do IEB. No grupo, cada terra indígena se organizou para enviar as fotos, áudios e vídeos de como foram as vigilâncias e trocaram um pouco sobre as estratégias de monitoramento.

Na região do Madeira, desde a formação continuada presencial, foi muito trabalhado com os Agentes Ambientais a diferença entre vigilância e fiscalização. As estratégias adotadas visaram privilegiar momentos de caçada e pescaria para subsistência ou para as festas tradicionais Y'rerua e M'Botawa do povo kagwahiva e as atividades produtivas da castanha-da-Amazônia, Açaí e Copaíba.

Para o Thiago Castelano, Agente Ambiental Indígena da aldeia Canavial, “o projeto veio fortalecer as nossas vigilâncias, permitindo ir nos lugares mais distantes para os jovens conhecerem as histórias e as aldeias antigas que foram ocupadas pelos nossos parentes. Nas últimas atividades do Projeto Sulam Indígena, nós, agentes ambientais, fomos verdadeiramente os protagonistas da nossa história. Com a orientação da equipe de campo, conseguimos desenvolver as atividades juntos com as famílias das aldeias mesmo quando não podíamos nos encontrar ao vivo.”

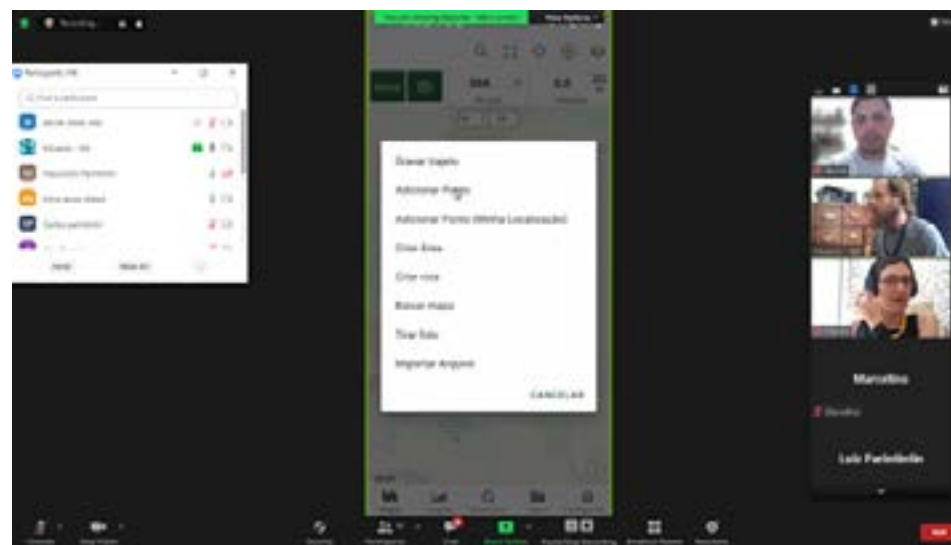
Intercâmbio na calha do Purus

O intercâmbio ocorreu na aldeia Nova Vista, T.I. Peneri/Tacaquiri, no período de 23/11 a 1º/12/21, como parte da programação do primeiro módulo do curso de Formação de Agentes Ambientais Indígenas “Athe Popykary Puthetari Awapokuxithe”, executado pela FUNAI em parceria com a OPIAJ e, mais recentemente, com aportes do IEB por meio do projeto “Saber da Floresta”, que visam dar continuidade e extensão do projeto “Gestão territorial indígena no Sul do Amazonas”, pioneiro na formação de Agente Ambiental Indígena (AAI) em Pauini.

Ao buscar compartilhar situações e conhecimentos pertinentes à atividade de agentes ambientais, reunimos 30 AAI da T.I. Peneri/Tacaquiri com os 10 AAI da T.I. Água Preta/Inari, mais experientes no processo formativo e de atuação nos territórios. Os resultados foram significativos para dimensionar a metodologia de trabalho, política de apoio interna das aldeias, desafios superados e expectativas de futuro.



Encontro com os 30 AAI kagwahiva sobre as orientações do intercâmbio no dia 17 de setembro de 2022, pelo ZOOM.



Relembrando as funções do GAIA GPS para os 30 AAI kagwahiva, pelo ZOOM.

Alguns comentários dos participantes sobre o evento destacaram o nível de conhecimento e habilidades dos AAI da Água Preta/Inari atribuindo à formação recebida e reconheceram a formação de AAI como alternativa para o investimento local na proteção dos territórios que ainda não possuem essa experiência.

Os AAI participantes avaliaram que os intercâmbios entre as terras indígenas são importantes para legitimar e fortalecer a categoria politicamente junto às aldeias, e por isso acordaram um novo encontro, com o deslocamento dos agentes da T.I. Peneri/Tacaquiri para a T.I. Água Preta/Inari.



Dicas orientadora para registros fotográficos e vídeo para as excursões de vigilância, pelo ZOOM.

Troca de experiências (fotos, relatos e vídeos) das estratégias de vigilância das TI's Nove de janeiro, Jiahui e Ipixuna, pelo grupo de Whatsapp



1.2.2 – Realizar excursões de vigilância

Lábrea – TI Caititu

Entre julho e agosto de 2021, no período de estiagem na região amazônica, uma preocupação crescente é com o fogo e com o plantio de áreas de SAF. No ano de 2021, além da demanda por apoio a limpeza de ramais de acesso, os Agentes Ambientais Indígenas da TI Caititu em reuniões frequentes de planejamento, decidiram percorrer as aldeias da porção norte da Terra, verificando situações de risco ambiental, treinando e colocando em prática técnicas de mapeamento e conduzindo conversas nas aldeias sobre o tema.

Nesse sentido o AAI Alfredo Batalha Apurinã, com apoio da associação APITC realizou uma palestra sobre prevenção de fogo na sua aldeia, articulando também ações desse tipo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lábrea. O Agente percorreu o norte da TI Caititu, verificando os limites da Terra e pontos sensíveis de invasão de degradação ambiental, problemas que são recorrentes pela proximidade da cidade com a TI. O material coletado foi apresentado para o grupo e para as entidades parceiras e para a FOCIMP para planejamento de futuras ações e conversas junto a órgãos públicos.

Em novembro de 2021 foi realizada uma expedição para coleta de sementes para intercâmbio virtual com os outros AAI's do Purus, que participaram de uma capacitação remota (reunindo nos locais com transmissão em tempo real) do Purus. Nesta ocasião, foram trabalhadas com os AAI's técnicas de identificação, transporte e armazenamento de sementes da floresta, que depois os AAI's colocaram em prática.

Na sequência desta expedição também foi realizada uma excursão de monitoramento do rio Pussariem que os AAIs verificaram pontos de invasões e conflitos e outros problemas ambientais.

Nas visitas aos SAFs das aldeias Bela Vista e Terra Alta os AAI aproveitaram para trocar informações técnicas com as pessoas responsáveis pelo plantio. Um destaque dessa atividade foi a participação das mulheres indígenas, como a liderança do rio Umari, Dona Raimundinha Apurinã, que faz parte do grupo de SAF e foi convida-



26 dos 30 Agentes Ambientais Indígenas da T.I. Peneri/Tacaquiri



Agentes Ambientais Indígenas da T.I. Água Preta/Inari



Agentes Manejadores de Quelônio do Corredor Mamoriá

AAI ÁGUA PRETA		
ANTES 31 - 04 2016	2017	2018
TÍTUL NARA PRETA CURSO DE AGENTES AMBIENTAIS VIA MOBIL + QUIC	FORMAÇÃO MÓDULO 1 (1)	DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO (2)
ENCONTROS NA TERRA INDÍGENA	PESQUISAS Com os mais velhos (3)	CALENDRÁRIO SAZONAL DAS SEMIAS (4)
DIÁLOGO TI FORMAR PUNGATI	VIAGEM PONTUAL DA ALDEIA (5)	REUNIÃO Com IDAM TI/ SECUT RACÃO DE ELEIÇÕES
	FORMAÇÃO (1) MÓDULO 2.	CONSTRUÇÃO (1) DE BASES DE VIGILÂNCIA
	VIGILÂNCIA (1) LINHA SECA (1)	FORMAÇÃO (1) MÓDULO 3
	AQUISIÇÃO DE SEMENTES E CRIATURA DE BARRAGEM	VIGILÂNCIA (1) LINHA SECA 2.
2019	2020	2021
NUTRIÇÃO DE LIMPEZA (1) ACORDOS Com VIZINHOS (2-2)	OFICINA DE ARTESANATO E SEMENTES (4-3)	VIGILÂNCIA DA LINHA SECA EM 03-10-20
VIGILÂNCIA (1) DA DESOVA DO PEIXES	CONSTRUÇÃO DA BASE DO COVID (1)	CONSTRUÇÃO DAS CASA DE FARINHA (1)
LIMPEZA DO CÁLCULO 1-3	ORGANIZAÇÃO DE VENHA NA PRODUÇÃO E FORMAÇÃO COMUNITÁRIA	VIGILÂNCIA DA DESOVA DO PEIXES COM O PARADO PEIXES
FORMAÇÃO MÓDULO 4 1		GPS (1-2)
CURSO DE SIG		FERRAMENTAS DIGITAIS 1-1
PARLANTEIRO NA CASTANHAL		OFICINA DE ORIENTAÇÃO TRANSPORTE E DE ARRENDAMENTO DE SEMENTES NOVA PLANTIO (1)
PESQUISA E VISITA DIÁLOGO A COMUNIDADE DE DEMONSTRAÇÃO		AAI NA PRODUÇÃO LINHA SECA
		OFICINA DE CONSERVAÇÃO DE FRUTAS DE SABÃO (1)



kenyry (xingané), momento de afirmação da cosmopolítica Apurinã

da para participar da viagem. Ela e a AAI Antônia da aldeia Irmã Cleusa (rio Umari) trocaram experiências sobre técnicas de plantio em mutirão e mobilização de suas comunidades. Ao considerar a distância entre as aldeias, é importante ressaltar que por meio das ações do projeto, foi possível intercambiar saberes, técnicas e promover visitas entre aldeias na TI Caititu.

Pauini – TI Água Preta/Inari

Excursão de vigilância e reativamento do ponto SAT 17 ao 18

Um grupo de 16 pessoas, entre homens, mulheres, agentes ambientais e servidores da FUNAI, participou dessa excursão de vigilância cujo objetivo foi completar o reativamento do limite sul da terra indígena, do ponto SAT 17 ao SAT 18. Ressalta-se contudo, que esta excursão necessitou de duas etapas para sua realização. A primeira foi realizada em 2019 e a segunda no período de 27 a 31 de julho de 2021, após o período de suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia de COVID-19.

Essa expedição identificou que a região sul do igarapé Sucuriju está ocupada por lotes de posseiros que possuem residências na sede de Pauini e alguns indígenas, gerando dois encaminhamentos importantes: a FUNAI deve conversar com os posseiros e a terra indígena deve anuir sobre a permanência dos indígenas nos lotes. Este último encaminhamento será avaliado no Encontro da Terra Indígena, previsto para novembro de 2021.





Desde o ponto de partida, a aldeia São Francisco, foram percorridos 25 km por terra nessa expedição. Somando a etapa realizada em 2019, confirmamos 32,5 km de área percorrida, onde serão cultivadas espécies para o extrativismo e consumo das famílias Apurinã.

Excursão de vigilância aos pontos SAT 12 e 13 – Duas Barras

Expedição realizada no período de 1º a 5 de agosto de 2021, contou com a participação de 18 pessoas, entre homens, mulheres e estudantes. Destacamos a participação de um ancião, Abdias Franco, liderando a equipe devido ao seu conhecimento da região.

Com percurso de 15 km entre o ponto de partida, a aldeia Mipiri, e o ponto de chegada, SAT 12, em trecho que constitui o limite entre a T.I. Água Preta/Inari e a T.I. Catipari/Mamoriá, não foi identificada ameaça ao território e sendo assim, os participantes acordaram em voltar na localidade para plantar espécies para o extrativismo, como açáí e castanha, ao longo dos 9,9 km, ocupando a região conhecida como Duas Barras.

Com essa expedição, a terra indígena cumpriu o planejamento de reavivar e percorrer os seus limites.



Vigilância dos peixes

Segundo a Portaria nº 48/2007/IBAMA, instrumento que normatiza a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros na Amazônia, o período do defeso para o Amazonas é de 15/11 a 15/12. Entretanto, no interior da TI Água Preta/Inari, esse período varia, mas se limita ao mês de dezembro. Por essa razão, a vigilância dos peixes em 2021, foi realizada no período de 1º a 30 de dezembro, por duas equipes compostas por indígenas e ribeirinhos vizinhos, que compartilham o uso do igarapé Água Preta em acordo desde 2018. Destacamos a instalação da base de monitoramento durante todo o período e o revezamento de pessoas, entre elas, as mulheres.

As famílias Apurinã reclamam a alimentação de baixa proteína de peixes e carne de caça, o que atribuem à ausência de lagos no interior da terra, à pesca por terceiros no período de defeso e ao desmatamento ao redor da terra indígena, comprimindo os espaços usuais antes fartos para o extrativismo e a caça.

A vigilância dos peixes é uma alternativa para a conservação nos igarapés Água Preta e Inari, garantindo a gestão desse recurso natural e contribuindo para a segurança alimentar das famílias. A principal preocupação dos Apurinã é a reprodução da matrinxã, espécie altamente apreciada pelas famílias na região do rio Purus, por isso, com valor comercial, gerando pesca indiscriminada durante o defeso.

Percorridos 29 km do igarapé Água Preta, observaram, especialmente nas cabeceiras dos igarapés, o aumento de 40% na reprodução de espécies como matrinxã, jatuarana, jaraqui, pacu, sardinha e curumai.

TI BOCA DO ACRE e Km 124 - Boca do Acre

No período deste relatório foram realizadas uma excursão de vigilância na TI Boca do Acre e outra na TI Km 124, mesmo após a conclusão formal dessa atividade no âmbito do projeto. Conforme posto acima, a adaptação metodológica buscou atender atividades que pudessem ser realizadas pelos AAI com assessoria remota da equipe do IEB e sem aglomerações. Como os AAI gostariam de colocar em prática os aprendizados obtidos durante as oficinas virtuais e ao mesmo tempo desejavam conhecer parte dos limites das TIs ainda não percorridos por todos, foi formado dois grupos de







AAI, que guiados por indígenas mais experientes, puderam realizar essas andanças por lugares significativos para suas histórias, como aldeias e cemitérios distantes dos aldeamentos atuais.

Ao longo dos trajetos, os AAI's foram reconhecendo espécies nativas, coletando sementes, realizando reconhecimento dos limites dos territórios e limpando o local das placas de localização das TI's, o que foi registrado em fotos tiradas por iniciativa dos participantes.

Humaitá – TIs Ipixuna, Nove de Janeiro e Jiahui

Durante todo o processo de formação dos AAI foi incorporado o uso e ocupação do território como estratégia de vigilância e monitoramento territorial.

Diante disso, quando os agentes ambientais indígenas

iriam realizar uma caçada e pescaria para subsistência, quebrar castanha, coletar açaí e óleo de copaíba, eles estavam com smartphone registrando e coletando informações referente ao território.

As excursões de vigilância no ano de 2021 foram realizadas com o apoio das 02 atividades desenvolvidas no presente ano, uma vez que, as vigilâncias da componente proteção territorial foram concluídas, pois tinham sido realizadas nos anos de 2017 a 2019 nos três territórios Kagwahiva.

Com a adaptação da metodologia das atividades durante a pandemia da COVID 19, o projeto proporcionou mais uma rodada de monitoramento territorial, quando é possível realizar a vigilância indígena. Essas excursões de monitoramento foram dirigidas às coleta

de sementes e de remédios tradicionais, como também treinamento para a utilização de aplicativos trabalhados durante as formações, e reflexão sobre o tema que seria tratado futuramente no intercâmbio sobre as estratégias de vigilância dos povos Parintintin e Jiahui.

Assim, os agentes ambientais em cada terra indígena realizaram entre os dias 21 de setembro a 15 de outubro de 2021 as excursões para coleta de sementes e remédios tradicionais. Nesse momento, o projeto contribuiu com alimentação, combustível, ferramentas e insumos para a realização da atividade. Os agentes ambientais registraram as fotos, vídeos e coordenadas geográficas nos smartphones disponibilizados no âmbito desta iniciativa.

Para Jorge Parintintin, agente ambiental indígena da

aldeia canavial, “o sentimento é de dever cumprido... Executamos as atividades com orientação dos técnicos do IEB por meio das oficinas no ZOOM e muita troca de mensagens no grupo de Whatsapp dos AAI Kagwahiva. Executamos conforme a gente aprendeu nos três módulos do curso de formação dos agentes ambientais indígenas que aconteceram nos anos de 2017 a 2019. Foi muito bom ver que conseguimos avançar com autonomia frente aos desafios que a pandemia trouxe pras nossas comunidades”.



Agentes Ambientais informando sobre a vigilância durante o Encontro da Terra Indígena



Agentes Ambientais durante a vigilância no igarapé Água Preta (equipe 1)



Agentes Ambientais durante a vigilância no igarapé Água Preta (equipe 2)



Banner oficial instalado na base de monitoramento

“Muitos anos atrás o IEB entrou em contato com a gente e mostrou o projeto de formação de agentes ambientais indígenas. Formamos um grupo para trabalharmos melhor com os nossos recursos naturais dando verdadeiro valor à nossa riqueza, fortalecendo cada dia mais com o reflorestamento com o manejo das mudas de espécies nativas e frutíferas. Os cursos trouxeram muitos aprendizados favoráveis à nossa sobrevivência.”

Benedita Parintintin
Agente Ambiental Indígena (OPIPAM)
Liderança e agente de saúde da TI IPIJUNA da Aldeia Canavial

1.3 – Gestão Ambiental

1.3.1 – Formação continuada em gestão ambiental

Com a pandemia do Covid-19 e a necessidade do distanciamento social, esta atividade que seria presencial e reuniria AAI's de distintas terras indígenas, foi readaptada metodologicamente para a produção de conteúdo voltado ao estímulo a aprendizagem protagonismo dos AAI engajados em multiplicar saberes em suas aldeias. Foram, portanto, elaborados materiais didáticos em formato audiovisual, produção e distribuição de conteúdos em cartilhas voltadas ao público indígena, audiocast explicativos que acompanharam a distribuição dessas cartilhas e vídeos curtos produzidos pela própria comunidade compartilhando e explicando suas experiências em atividades produtivas.

Produção de Materiais de Apoio e Formação

Lábrea – TI Caititu

No mês de agosto de 2021 três encontros com os Agentes Ambientais Indígenas da TI Caititu ocorreram com o intuito de rever conteúdos da formação, especialmente dos aplicativos inseridos nos smartphones entregues aos AAI, como “Gaia GPS”, o “Castanhadora”, o ODK collect e também funcionalidades que registram localização nas fotos tiradas, úteis para denúncias e relatórios. Os AAI se mostraram engajados ao coletar fotos e pontos das aldeias em diálogo com a FOCIMP sobre a gestão da TI Caititu por meio de grupo de Whatsapp.



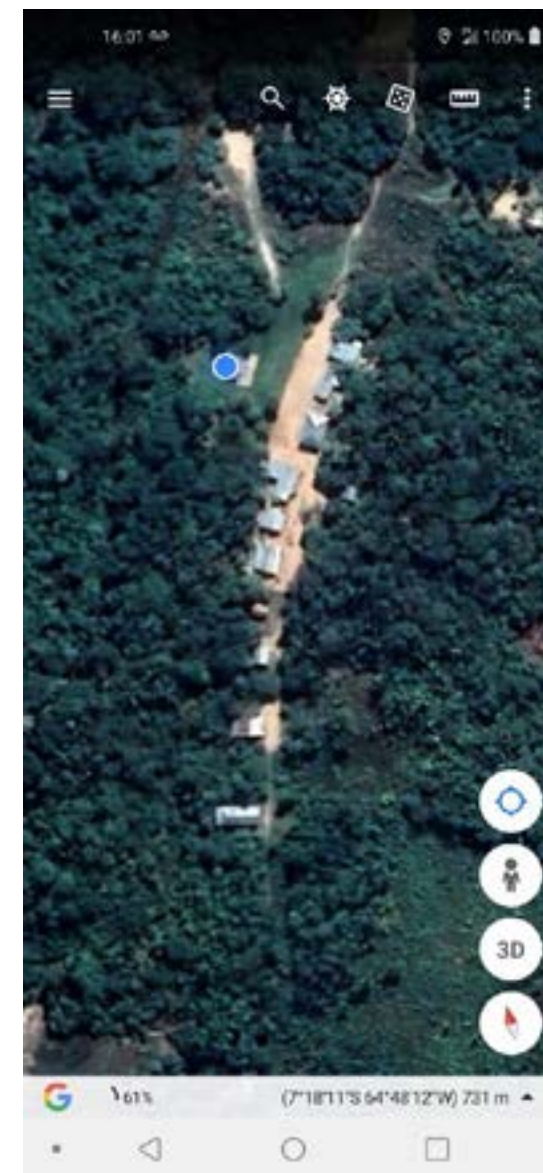
indígenas devolvendo o bote do projeto que foi utilizado para atividades de escoamento da produção (aldeias da parte norte da TI que utilizam os rios, principalmente o Pussiari, para pesca, extrativismo e caça)

Pauini e Boca do Acre – TI Água Preta/Inari, Km 124 e Boca do Acre

A oficina de revisão e preparação para atividades aconteceu nos dias 19 a 21 de junho de 2021 e consistiu na elaboração participativa do planejamento de atividades suspensas durante a pandemia com AAIs das TIs Água Preta/Inari, Km 124 e Boca do Acre. Num segundo momento, foram revisados conteúdos abordados durante a formação continuada dos Agentes Ambientais Indígenas. Optou-se por buscar juntar as turmas de AAI do Purus, mas não foi possível conciliar agenda com os AAI da Caititu, que realizaram essa atividade de forma paralela.

Dentre os conteúdos, enfatizamos o uso do GPS e dos aplicativos Gaia GPS e ODK Collect como ferramentas básicas para execução das futuras atividades como expedição e coleta de sementes.

O encontro proporcionou ajustes da metodologia, manejo adaptativo das atividades, nivelamento de informações entre os participantes do projeto e troca de experiências, após a conclusão da entrega dos celulares como ferramenta de trabalho.



mapeamento da aldeia Copaíba realizado pela AAI Alfredo Batalha Apurinã



verificação de limite norte da TI Caititu (limite com a cidade de Lábrea)



Mapeamento de recursos naturais



Trabalho do AAI Alfredo apoiado pelo projeto



saída da expedição de Lábrea rumo ao rio Pussuari



Monitoramento do SAF da Dona Raimundinha da aldeia Bela Vista (mudas produzidas por ela)



expedição na mata para coleta de sementes

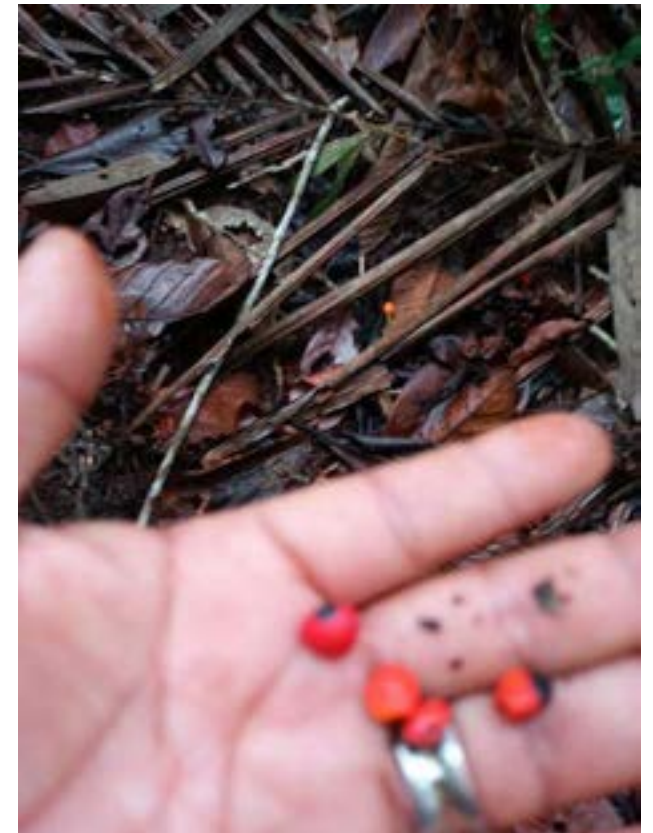
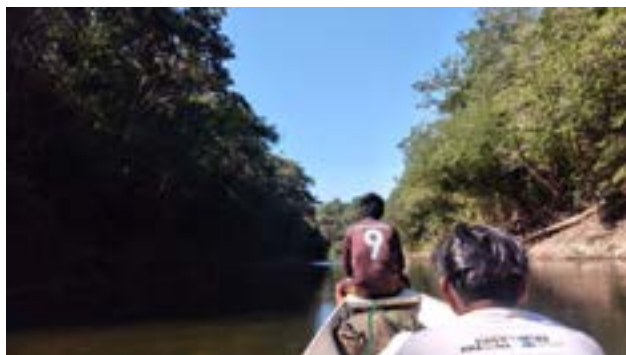


imagem registrada pela
AAI Antônia Apurinã



Excursão de vigilância no território Jiahui para coleta de sementes e remédios tradicionais



Agentes ambientais indígenas da aldeia Traíra - excursão de vigilância para coleta de sementes.



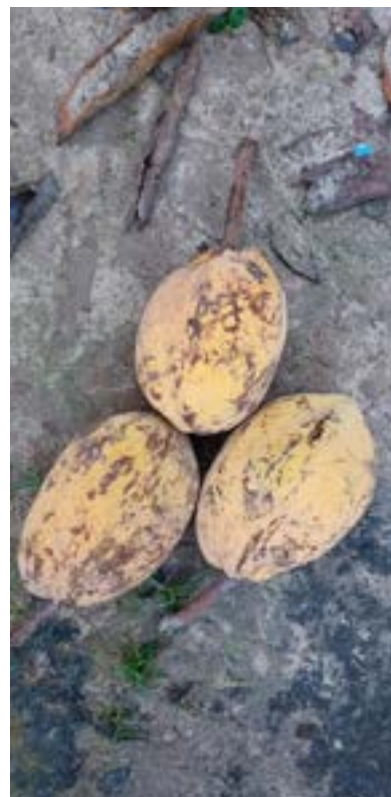
Ancião explicando a utilidade do breu para medicina tradicional - território Parintintin



Coleta de mudas para feira de sementes, mudas e remédios tradicionais kagwahiva



Coleta de mudas e sementes para feira de sementes, mudas e remédios tradicionais kagwahiva



Fruto do Cacau do mato coletado para produção de mudas que será apresentada na Feira de sementes, mudas e tradicionais kagwahiva.



Fruto de uxi liso coletado para produção de mudas que será apresentada na Feira de sementes, mudas e remédios tr kagwahiva.

Humaitá – TIs Ipixuna, Nove de Janeiro e Jiahui

A cartilha 'Horta Familiar Indígena' é uma iniciativa das organizações Associação do Povo Indígena Jiahui - APIJ e Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas - OPIPAM, em parceria com o IEB, que por meio do Projeto SulAm Indígena, apoiado pelo Fundo Amazônia, possibilitou sua elaboração e edição. Seu objetivo é orientar a construção de hortas e o cultivo de hortaliças como fontes de vitaminas e sais minerais e assim contribuir com a qualidade da alimentação das famílias que moram nas Terras Indígenas Nove de Janeiro, Ipixuna e Jiahui.

Elaborada de forma simples e objetiva pelos técnicos, nesta cartilha serão encontradas instruções para o planejamento e implantação das hortas e também para o cultivo e a colheita das hortaliças, com orientações para seu cultivo sem degradar o meio ambiente e sem comprometer a saúde humana.

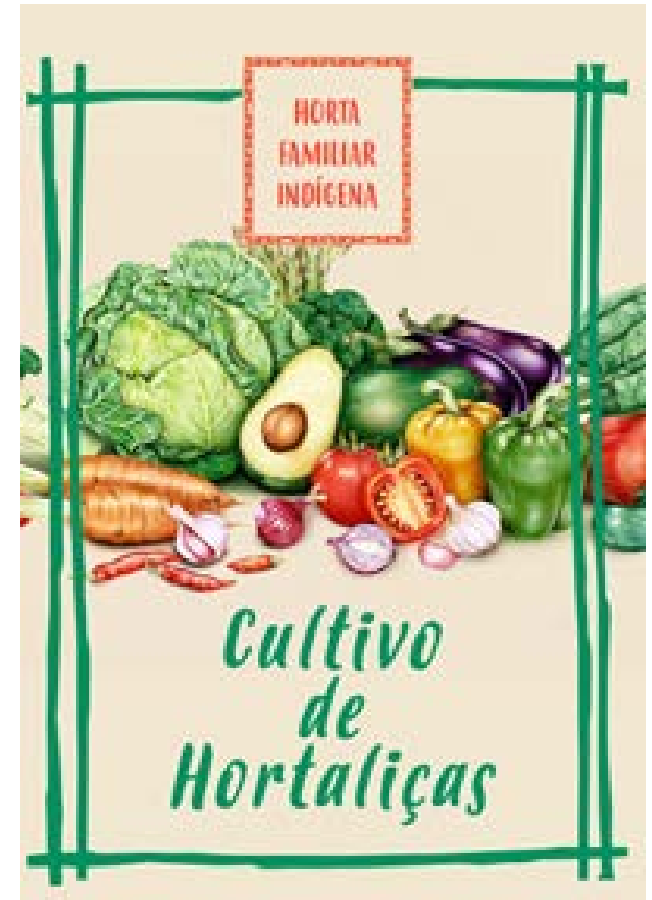
Como medida para incentivar ações voltadas para a melhoria da qualidade alimentar das comunidades indígenas que o projeto trabalha, acreditamos que essa iniciativa contribua para a autonomia e segurança alimentar, como também alternativa de geração de renda para as comunidades indígenas.

Para facilitar a divulgação da cartilha nas comunidades indígenas que trabalhamos no Sul do Amazonas, elaboramos um videocast para apresentar o conteúdo da cartilha, de forma mais didática e animada para os indígenas.

Essa chamada com a linguagem do dia-a-dia dos indígenas foi uma forma de chamar atenção para o uso e manuseio da cartilha. É uma maneira de chegar as informações para aqueles indígenas que não sabem ler, sendo a mídia visual o caminho para a multiplicação da informação de maneira inclusiva.

Os videocast e áudiocast foram enviados nos grupos de trabalho das associações indígenas beneficiárias com a equipe técnica do IEB. Esse material foi enviado também para o grupo do WhatsApp dos AAI Kagwahiva.

O aplicativo de videochamada zoom e a plataforma FORMAR foram ferramentas que permitiram que as atividades do projeto SulAm Indígena pudessem serem realizadas de forma remota, nesse período da pandemia. Essas ferramentas articuladas com o protagonismo dos agentes ambientais indígenas e das organizações indígenas parceiras, permitiram a continuação das atividades no chão das aldeias nos territórios indígenas do sul do Amazonas.



Cartilha Horta Familiar Indígena elaborada pelos técnicos de campo de Humaitá – AM.

1.3.2 – Realizar feira de sementes florestais

MADEIRA

A metodologia preliminar estava baseada na realização de uma Feira de sementes presencial na Terra Indígena Nove de Janeiro com a presença de agentes ambientais, lideranças, caciques e organizações indígenas do povo Parintintin e Jiahui.

Como alternativa aos encontros presenciais, a metodologia foi adaptada para formato virtual, como medida de prosseguir com a atividade durante o período pandêmico, conforme as etapas apresentadas a seguir:

A equipe técnica do IEB se reuniu com as associações indígenas OPIPAM e APIJ no dia 15 de julho de 2022, pelo aplicativo ZOOM para nivelamento e aprovação da adaptação da metodologia da Feira de Sementes ser realizada de forma híbrida (nas aldeias presencialmente e remotamente pelo ZOOM).

Em seguida, a adaptação da metodologia foi apresentada para os 30 AAI's ka-gwahiwa no dia 23 de julho de 2021, por videoconferência. Paralelamente, a equipe do IEB fortaleceu a comunicação com os AAI pelo grupo de WHATSAPP, utilizada como ferramenta de trabalho para as atividades de gestão territorial e ambiental desenvolvidas nas três terras indígenas em questão.

No dia 03 de setembro de 2021, realizamos a oficina virtual de boas práticas de coleta e armazenamento de sementes. Esse momento foi um momento preparativo para as excursões de coleta de sementes e remédios tradicionais nos 03 territórios. Esse momento foi rico de troca de conhecimento e experiências entre os 30 AAI's, lideranças e anciãos que participaram da oficina.

Entre os dias 21 de setembro a 15 de outubro de 2021 foram realizadas as excursões para coleta de sementes e remédios tradicionais nos 03 territórios indígenas. Nesse momento, o projeto contribuiu com alimentação, combustível, ferramentas e insumos para armazenamento de sementes e remédios tradicionais, e produção de mudas para a troca entre as aldeias. Os agentes ambientais registraram as fotos, vídeos e coordenadas geográficas de onde foram coletados pelo celular smartphone apoiado pelo projeto.



vídeo cast da cartilha Horta Familiar Indígena elaborado pelo IEB

No dia 24 de novembro de 2021 foi realizada a oficina final pelo ZOOM, onde cada terra indígena apresentou e relatou quais foram as sementes e mudas de plantas que foram coletadas, e os remédios tradicionais coletados.

Em relação aos remédios tradicionais, os agentes ambientais entrevistaram os anciões sobre quais seriam as utilidades dos remédios coletados por eles e na oficina seguinte apresentaram os resultados. Os principais remédios coletados foram: “sangue de dragão”, “quina”, óleo de copaíba, breu e “sara tudo”.

A troca das sementes e remédios tradicionais entre as aldeias foi ocorrendo paralelamente entre as outras atividades que estavam acontecendo nos territórios. O canal de distribuição ficou sob responsabilidade do técnico do IEB de Humaitá, que apoiou essas trocas durante as logísticas dos insumos para a realização de outras atividades.

Para a Benedita Parintintin, agente ambiental indígena da aldeia Canavial, “a covid 19 veio colocar a nossa atuação e o nosso protagonismo indígena em cheque... Mas com as orientações durante as oficinas e, e em constante diálogo com a equipe do IEB e os outros AAI no grupo de whatsapp dos agentes ambientais kagwahiva, ou no grupo dos agentes ambientais da TI IPIXUNA, a gente conseguiu executar muitas atividades na aldeia, visando a proteção do nosso território, a gestão dos nossos recursos, valorização da nossa cultura e da medicina tradicional. A gente se armou com os nossos remédios tradicionais contra o coronavírus, para aumentar a nossa imunidade e fortalecer nosso corpo e

nosso espírito. Ficamos felizes que deu certo e não tivemos nenhum óbito por covid na nossa comunidade!”

Purus

A metodologia da etapa virtual ocorreu de forma semelhante que na calha madeira, com planejamento conjunto entre os AAI da TI Caititu, Boca do Acre, Km 124 e Água Preta Inari, com troca de experiências e realização de expedições para reconhecimento e coleta das sementes. No entanto, devido as distâncias entre essas TIs que ficam localizadas em municípios distintos, ficou inviável trocar sementes e manivas de fato, como foi possível no caso das TIs que ficam próximas de Humaitá.

1.3.4 - Realizar anualmente mutirões agroflorestais para enriquecimento de ca-poeiras, adensamento de áreas produtivas e implantação de quintais agroflorestais nas TIs Caititu, Km 124 e Boca do Acre e nas TIs Terras Indígenas Diahui, IPIXUNA e Nove de Janeiro

Lábrea – TI Caititu

Em maio de 2021, com vistas a fortalecer as condições de segurança alimentar das aldeias durante o período de distanciamento social, o apoio na limpeza das unidades de SAF foi demandado pela FOCIMP, para ser realizado pelos próprios produtores com participação da associação APITC e dos Agentes Ambientais Indígenas. Coube a APITC dentro do arranjo, distribuir entre as famílias envolvidas o apoio direcionado nessa primeira etapa da ação, que foi a da limpeza e manutenção dos SAFs.

Em junho de 2021 foram trabalhados orçamentos para possível continuidade de ações em campo como essas de manejo dos SAFs, ocasião em que os indígenas demandaram fortemente aquisição de mudas e outros insumos, o que pode ser atendido durante execução da última parcela, com a aquisição de mudas para incremento dos SAFs apoiados pelo projeto.

Antes e de forma complementar, em setembro de 2021, no início do período de verão amazônico (estiagem) os indígenas da TI Caititu formalizam pedidos para as organizações parceiras para apoio na manutenção de

ramais que dão acesso às aldeias localizadas na parte norte da TI Caititu, ou seja as aldeias que dão acesso ao município de Lábrea e por onde se pode escoar a produção dos SAF e agricultura. O projeto auxiliou com combustível necessário para a operação dessas máquinas nos ramais disponibilizados pela prefeitura, e os AAI indígenas se comprometeram em acompanhar o trabalho. Esse tipo de ação mostra a boa articulação das associações indígenas com parceiros locais.

Boca do Acre – TIs Km 124 e Boca do Acre

Também foram realizadas manutenções nos SAF's das unidades demonstrativas das TIs Km 124 e Boca do Acre, bem como dos viveiros, com envolvimento dos Agentes Ambientais e comunidades indígenas, no entanto a metodologia aqui não segue o formato de mutirões entre aldeias como no caso da TI Caititu.

Humaitá – TIs Ipixuna, Nove de Janeiro e Jiahui

Ipixuna

Além da limpeza (roçagem) das 02 áreas de SAF implantadas nos anos de 2018 e 2019, as famílias da TI Ipixuna enriqueceram 05 roçados com plantios de espécies frutíferas, como por exemplo, açaí nativo, biriba, abacate, ingá, laranja, limão, café, cacau, acerola e cupuaçu.

O número de áreas com plantios consorciados aumentou de 02 para 07 áreas em 2022, totalizando aproximadamente 0,72 ha.

No kit da manutenção dos SAF's (alimentação, combustível, lâminas, fio de roçadeira, rastelo e lima chata) foi enviado um folheto com as orientações sobre os tratos culturais no SAF, referente, a poda da parte aérea das plantas, principalmente ingá e urucum. Também foi orientado que os restos da roçagem e das podas dos vegetais fossem deixados nas áreas ou ao redor das plantas, protegendo o solo e deixando-o mais úmido. Também esses restos de vegetais iriam servir de adubo orgânico para as plantas.

Para a Maria da Conceição Parintintin, agente ambiental indígena, da aldeia Canavial – TI IPIXUNA, “a gente colocou em prática tudo que nós aprendemos nas formações dos agentes ambientais indígenas, como funciona o sistema SAF nas aldeias, ele funciona como uma floresta, uma planta depende das outras. A gente planta urucum e ingá no meio do roçado, pois eles produzem mais folhas, ao cair no solo ou quando ocorre a poda, essas folhas e galhos servem de adubo para as plantas que estão na área do roçado. Além de gerar nutrientes para as plantas vizinhas, as flores do urucum também servem de alimento para as abelhas sem ferrão, que polinizam outras plantas e produzem frutos para nós. O sistema do SAF é lindo, imitando o sistema da floresta.”

Nove de Janeiro

Nos dias 04 a 11 de fevereiro de 2022 foi realizado a manutenção das 04 áreas de plantios consorciados com espécies frutíferas e agrícolas. Essas 04 áreas de plantio consorciado possuem aproximadamente 0,60 há com as espécies de açaí, pupunha, banana, laranja, tangerina, castanha-da-amazônia, ipê e abacaxi.

Nessa etapa foi realizada a limpeza (roçagem) dessas 04 áreas de plantios com auxílio da roçadeira, com orientação de deixar na área e ao redor das plantas os restos dos vegetais para cobrir o solo, protegendo do solo e deixando-o mais úmido. Também esses restos de vegetais serviram de adubo orgânico para as plantas.

As pessoas responsáveis pelas 04 áreas e com a parceria dos agentes ambientais replantaram 100 mudas de açaí nativo, laranja, tangerina, banana e abacaxi.

Para o Carlos Parintintin, agente ambiental indígena, da aldeia Traíra – TI Nove de Janeiro, “a continuação desse apoio na manutenção das áreas de SAF é de grande importância, pois permite que a área esteja sempre limpa e esse cuidado ajuda no crescimento e na nutrição das plantas, os restos de folhas, galho e capim na área e ao redor das plantas se transforma em nutrientes para as plantas”.

Jiahui

Entre os dias 14 a 20 de março de 2022 foram realizadas as manutenções das 05 áreas de SAF no território Jiahui. A continuação do apoio com alimentação, ferramentas e combustíveis para a manutenção dessas áreas de plantios consorciados é de suma importância para fortalecer a diversificação dos plantios, como também melhorar o desenvolvimento das mudas.

No território Jiahui foram implantadas 05 áreas de SAF entre os anos de 2018 a 2019, corresponde a 0,77 ha.

Através de um folder impresso e audiocast, via grupo de WhatsApp, a equipe de campo repassou as orientações de tratos culturais na manutenção dos SAF's, como por exemplo:

Os restos dos materiais vegetativos que foram roçados deverão ser deixados nas áreas e ao redor das plantas do SAF com intuito de proteger o solo das altas temperaturas e da água da chuva. Esse material vegetativo servirá de uma manta para o solo com intuito de aumentar o período de umidade no solo e servir de matéria orgânica, proporcionando o melhor desenvolvimento das plantas.

As espécies frutíferas e agrícolas que foram utilizadas nos plantios consorciados são: açaí, pupunha, goiaba, biriba, graviola, abacate, jabuticaba, caju, abacaxi, laranja, tangerina, urucum, ingá, limão, banana e castanha-da-amazônia.

Para Suene Diarroi – liderança indígena responsável por uma área de SAF da aldeia Ju'i, “a manutenção dos SAF's é de suma importância para o crescimento das plantas, temos que cuidar das plantas para que elas cresçam e possam dar as frutas, legumes e raízes para nossa alimentação e comercialização na cidade, comunidades vizinhas ou para a merenda escolar da comunidade. A gente já conseguiu colher macaxeira, mandioca, laranja, abacaxi, tangerina e banana do nosso SAF”.



“ A gente aprendeu a fazer muitas coisas com os cursos de formação do IEB. Fizemos SAF (sistema agroflorestal), fizemos as hortas, os viveiros e vários outros projetos que foram trazendo outras coisas interessantes para a comunidade. Como o projeto só para mulheres, o EntreParentas, que fortaleceu a mulheres da comunidade. Aprendemos muito com essas práticas para aproveitar melhor a nossa terra. “

Maria de Lourdes Parintintin
Agente Ambiental Indígena (OPIPAM)

1.4 – Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

1.4.3 – Assistência técnica e extensão rural (ATER) indígena e formação continuada de 73 agentes ambientais em boas práticas de manejo e comercialização de produtos da sociobiodiversidade e gestão de pequenos negócios

Pauini – TI Água Preta/Inari

Apoio para a produção de farinha na T.I. Água Preta/Inari

Articulando duas ações do componente manejo e uso sustentável de recursos naturais — Assistência Técnica Indígena e Instalação de infraestrutura de boas práticas de manejo de produtos indígenas - adquirimos bens e serviços necessários para a instalação de oito casas de farinha na terra indígena Água Preta/Inari: motores 5.5 hp, bancadas e caititus, fornos, insumos logísticos (combustível, alimentação e ferramentas) e trabalhadores indígenas para a construção das casas de farinha, beneficiando oito aldeias e cerca de 100 famílias.

O processo de implantação das casas de farinha ocorreu em forma de mutirão nas aldeias, mobilizado pelo Agente Ambiental Indígena. Nesse contexto, o trabalho de carpintaria, coleta e teçume das palhas de caranaí roxo e o preparo das refeições foi dividido entre homens e mulheres da aldeia. Não houve registro de número de participantes, entretanto, acreditamos no poder da atividade de articular o máximo de moradores.



Reunião virtual no dia 18 de janeiro de 2022 com APIJ e OPIPAM para apresentação das atividades do Projeto Sula que serão realizadas nos meses de janeiro a março de 2022 nas Terras indígenas Nove de janeiro, Ipixuna e Jiahui.

Os Apurinã empenharam-se nesta atividade dada a importância da farinha para a sua dieta alimentar e por ser um produto da agricultura familiar comercializável durante todo o ano. Desde 2020, diversas famílias fornecem produtos agrícolas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar destinado às escolas indígenas da própria terra indígena, o que lhes exige dedicação cada vez mais qualificada ao agro-extratativismo.

Historicamente, o plantio da mandioca, o consumo e a fabricação da farinha são consequências do processo interétnico Apurinã, estimulado pelo regime econômico seringalista e pela política civilizatória do Serviço de Proteção ao Índio que investia no agro extrativismo nos Postos Indígenas de modo a manter o comércio e/ou o sistema de aviamento para aquisição de produtos industrializados.

Investir na produção familiar da farinha significa garantir a segurança alimentar indígena, o fortalecimento das unidades familiares, e, mesmo não sendo o objetivo principal do IEB, incentivar a geração de renda. A implantação das casas de farinha nesse momento em que as aldeias enfrentam a pandemia do novo coronavírus, significa, também, investir no cuidado e na manutenção da vida de 400 pessoas em categoria em extrema vulnerabilidade para a COVID-19.

Manutenção dos roçados

No período de 15 a 30 de agosto de 2021, realizaram-se mutirões de limpeza para manutenção dos roçados das oito aldeias que compõem a TI Água Preta/Inari. O apoio consistiu na distribuição de combustível e alimentação para os trabalhos.

O sistema de mutirão entre as aldeias têm se mostrado uma ferramenta eficiente que otimiza o tempo dedicado às atividades, aumenta a capacidade de realização de mais atividades e proporciona a sociabilidade entre os parentes, que aproveitam o momento de reunião para, dentre outros, jogar futebol e mascar katsupary.

Estima-se que a manutenção dos roçados beneficiou 54 famílias indígenas que se aproximam de 380 pessoas.

Construção de açude para criação de peixes na aldeia Mariepary

Com área de 12X60, os moradores da aldeia Mariepary construíram um açude para criação de peixes como fonte de alimentação para as 14 famílias Apurinã que residem na aldeia. Confiam, portanto, que a produção, futuramente, poderá ser comprada pela política nacional de alimentação escolar (PNAE), que garante alimentação tradicional e saudável para as crianças e suas famílias e está sendo implementada na TI conforme reportado nos relatórios anteriores.

Boca do Acre – TIs Km 124 e Boca do Acre

Apoio a manutenção das unidades demonstrativas de SAF e assistência aos roçados

Entre maio e julho de 2020 foi realizada aquisição e entrega de roçadeiras, que integraram as atividades de ATER e SAF 's nesses dois territórios. A aquisição desses equipamentos foi demandada em reunião virtual de planejamento do IEB com os AAI conforme relatado acima. Na ocasião foi sugerida a aquisição de 4 roçadeiras, sendo que cada TI beneficiária receberia duas.



Agentes Ambientais indígenas e lideranças Jiahui realizando o planejamento e logística das atividades castanha-da-Amazônia e Açaí na Terra indígena Jiahui.

Após esta pactuação, a aquisição destas seguiu o procedimento de compras, culminando na entrega às comunidades. A FUNAI em Boca do Acre foi comunicada, para a sua participação na entrega destes equipamentos, tendo em vista que devido a pandemia de COVID 19 somente os representantes desta instituição, seguindo protocolos de higienização, poderiam realizar a entrega. A entrega ocorreu sem maiores problemas, como pode ser visto nas fotos.

Esta foi a terceira aquisição de roçadeiras feita pelo projeto. Na primeira foram adquiridas 2 roçadeiras; na segunda foram 4 e; na terceira (que é esta) foram 3. Esta demanda surgiu da percepção que o IEB construiu junto com as comunidades, da necessidade de diminuir a penosidade do trabalho que se gera ao se implantar o SAF nas unidades produtivas familiares indígenas, o qual exige muito esforço manual.

Tendo em vista que este equipamento facilita e encurta a hora trabalhada durante a limpeza da área cultivada, assim, possibilitando que as famílias não se desestimulem da atividade e que até mesmo promova a implantação de uma área maior, resolveu-se atender a demanda por este implemento.

A aquisição destas três roçadeiras foi feita na cidade de Rio Branco – AC e as negociações que, que vão das cotações até a compra, duraram de outubro e novembro de 2021, sendo que a última entrega foi feita no dia 15/12/2020.

As entregas e escolhas das famílias indígenas que receberam estes equipamentos foram decididas com base

nas disposições espaciais das suas casas nas TI's e também conforme seu nível de participação na execução deste projeto, mais especificamente na implantação dos SAF's. Sobre as disposições espaciais das famílias isso foi considerado pois é comum entre as famílias emprestar a mesma para seus vizinhos. Com isso, a melhor distribuição das roçadeiras colabora para o uso geral da TI como um todo.

Para além dos equipamentos tratados acima, no início do segundo semestre do ano de 2021 foi discutido com os AAI's as aquisições de Kit's para manutenção dos viveiros e dos SAF's para apoio das unidades demonstrativas vigentes. Dentre os itens adquiridos estavam arame, mangueira, cavadeira, facão, foice, saco de fibra, enxada, lima, plantadeira, dentro outros itens necessários à manutenção dos SAF's, roçados e viveiros apoiados pelo projeto ao longo da sua execução. No mês de junho de 2021, iniciaram-se as reuniões de formação e também de levantamento de demanda para execução de atividades em campo. Nestas foram levantadas demandas de equipamentos e ferramentas que variaram de acordo com os interesses das famílias. No geral, tais insumos foram destinados para dar apoio aos roçados, SAF's e coleta de castanha.

Destaca-se o apoio técnico ocorreu de maneira remota pelo técnico de campo local. Além disso, foi entregue também para os AAI's da TI km 124, equipamentos para produção de bijóias.



Limpeza na trilha para escoar a produção de castanha na ponta do castanhal serrinha, no território da TI Jiahui.

Humaitá - TIs Ipixuna, Nove de Janeiro e Jiahui

TI Ipixuna

Manutenção dos roçados

Entre os dias 18 a 24 de julho de 2021 foram apoiadas as limpezas 05 roçados da aldeia Canavial. Esse apoio com combustível, alimentação e ferramentas (terçados, luvas, enxadas, rastelos, lâminas de roçadeiras) foi necessário para a execução da atividade.

Nos kits de roçados foi enviado um panfleto com orientações técnicas para deixar os restos dos vegetais da roçagem e da poda das plantas na área e ao redor das plantas e manivas para servir como adubo orgânico.

O projeto Sulam Indígena apoiou ainda apoiou a cadeia de valor do roçado com aquisição de 02 fornos grande de ferro fundido 2,1 m x 2,5 m x 52 cm, para melhoria dos subprodutos da mandioca, como por exemplo, a farinha de mandioca, biscoito e o pé de moleque que são produzidos pelas 09 famílias indígenas da aldeia canavial – TI Ipixuna.

Para a Maria de Lourdes Parintintin, agente ambiental indígena da aldeia canavial – TI Ipixuna, o apoio à manutenção dos roçados proporciona para nós uma economia, pois a aquisição de combustível e as ferramentas para a limpeza onera bastante o orçamento das famílias que não possuem uma renda fixa. E o roçado de subsistência garante a segurança alimentar das famílias, e o excedente pode ser comercializado para contribuir na renda mensal.



Manutenção dos roçados com plantios consorciado na aldeia Canavial



Área de roçado na aldeia canavial – TI Ipixuna



Apoio na replanta das Manivas de macaxeira e mandioca na unidade de produção familiar indígena de uma liderança aldeia canavial – TI Ipixuna.



O forno de ferro adquirido pelo projeto Sulam indígena, apoio a cadeia produtiva da farinha de mandioca canavial – TI Ipixuna

Manutenção das hortas

A continuação dessa iniciativa é essencial para manter as 09 hortas familiares com a produção de verduras e legumes sem química, proporcionando uma alimentação mais saudável e nutritiva para essas famílias.

Mediante ao planejamento com as famílias, as sementes que foram adquiridas são a alface, cheiro verde, cebolinha, couve, salsa, pimenta-de-cheiro, tomate, maxixe, abóbora e melancia), sombrite 50%, telas para cercar as hortas e regadores.

As famílias seguem as orientações da cartilha do cultivo de hortaliças elaboradas a partir de experiências vivenciadas pelos técnicos de campo do IEB. O resultado foi e continua sendo positivo, pois há uma junção dos conhecimentos tradicionais que esses povos indígenas carregam e as orientações técnicas da cartilha.

Aqui na aldeia Canavial, a gente sempre plantou os roçados e os canteiros de cheiro verde, cebolinha, chicória e pimenta de cheiro, como a gente mora nas margens do rio Ipixuna, a gente consome muito peixe cozido, frito e assado. Esse projeto veio fortalecer os plantios de cebolinha e cheiro verde, como também incrementar com as sementes de tomate, couve, abóbora e melancia. Essas iniciativas vêm garantir a segurança alimentar das nossas famílias, como também apoiar na geração de renda, por exemplo, aqui tem uma família que tirou a carteira do produtor rural e a DAP, e esse ano vai comercializar as verduras, frutas e outros produtos dos roçados para merenda escolar, pelo PNAE (Benedita Parintintin – Liderança e agente ambiental da aldeia Canavial – TI Ipixuna)

Replante de novas mudas de alface, couve e tomate na aldeia Canavial – TI Ipixuna



Apoio a produção da castanha

No dia 18 de janeiro de 2022, a equipe de campo do IEB, assessora do projeto do BNDES, as associações indígenas OPIPAM e APIJ se reuniram pelo ZOOM para pactuar as atividades do PAR 5 que seriam implementadas nas TI's Nove de Janeiro, Jiahui e Ipixuna, pelo Projeto Sulam Indígena, apoiado pelo BNDES/FAM.

Em seguida, as associações indígenas OPIPAM e APIJ, os agentes ambientais e as famílias indígenas que trabalham com o extrativismo se reuniram durante os dias 19 a 21 de janeiro de 2022 em suas aldeias, para realizar o planejamento e a logística das atividades de apoio a cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia e Açaí.

A safra da castanha-da-amazônia na região de Humaitá, sul do estado do Amazonas, inicia no mês de dezembro e se estende até março. As famílias que trabalharam com o extrativismo da castanha-da-Amazônia saíram de suas aldeias para as pontas dos castanhais para coletar e quebrar os ouriços nos dias 01 a 28 de fevereiro de 2022.

As cinco famílias da TI Ipixuna trabalharam nos castanhais Igarapé grande, Miriti, Borboleta, Balatal, Machado e Chico preto.

Na entrega dos insumos (alimentação, combustível e ferramentas) foi repassado um panfleto impresso do Projeto SEMEAR CASTANHA com as orientações da importância de realizar as Boas Práticas de coleta da castanha-da-amazônia, com intuito de proporcionar qualidade das castanhas.



Produção (130 latas) de castanha-da-amazônia de 05 famílias indígenas da aldeia Canavial – TI Ipixuna.

A comercialização das latas de castanha da aldeia do Lago Uruapiara foi realizada para os atravessadores da região, que são os barcos que transportam pessoas de Humaitá x Lago urupiara.

No final da safra de 2022, as 05 famílias indígenas da TI Ipixuna comercializaram 138 latas de castanhas a um preço médio de R\$ 40,00/ lata, gerando uma renda de R\$ 5.520,00 para essas famílias que coletam castanha-da-Amazônia nas florestas.

A venda da castanha-da-amazônia contribui na renda das 05 famílias da aldeia Canavial. A coleta e quebra dos ouriços são atividades sustentáveis, pois não agri-de a floresta e nem as castanheiras. A gente faz os tra-tos culturais, como por exemplo, a limpeza debaixo das castanheiras e o corte dos cipós que estão no tronco e na copa das árvores de castanha, com intuito de me-lhorar a produtividade da árvore. Hoje, estamos fazen-do mudas de castanheiras para enriquecer as áreas de clareiras, próximas da aldeia, uma maneira de deixar os castanhais mais próximos da aldeia e aumentar a pro-dução – Thiago Castelano – Agente Ambiental Indígena da aldeia Canavial – TI Ipixuna.

Apoio a produção do açaí

A atividade de coleta de açaí incrementa a renda de 09 famílias indígenas da aldeia Canavial, além de ser uma atividade sustentável, pois conserva a floresta em pé para as próximas safra e futuras gerações.

Os açaiçais estão localizados nas trilhas dos castanhais e nas áreas de florestas próximos aos igarapés e rios.

As 09 famílias da aldeia Canavial que trabalham com o extrativismo do açaí saíram de suas aldeias para a cole-ta dos frutos nos dias 03 a 27 de março de 2022.

Na entrega dos kit's (combustível, alimentação, botas, terçados e saco de armazenamento dos frutos) tam-bém foi entregue um panfleto impresso com as orien-tações da importância de realizar as Boas Práticas de coleta e beneficiamento do açaí, com intuito de propor-cionar qualidade das sementes e do vinho já beneficia-do.

A comercialização das latas de açaí da aldeia do Lago Uruapiara foi realizada para os atravessadores da re-gião, que são os barcos que transportam pessoas de Humaitá x Lago urupiara.

Do início até o fim de março de 2022, as 09 famílias indígenas da aldeia canavial comercializaram 84 latas de açaí a um preço de R\$ 20,00/ lata, totalizando R\$ 1.680,00 durante o trabalho realizado em 03 semanas.

Trabalho com açaí desde que era mais jovem, para co-letar o açaí da palmeira, a gente sobe com ajuda de uma peconha, não precisamos derrubar a palmeira para co-letar os frutos. Essa atividade é sustentável, a gente só coleta o fruto sem danificar a palmeira, permitindo que no próximo ano, essa palmeira esteja viva e dando fru-tos para gente coletar e se sustentar com os frutos do açaí. – Isaque Parintintin – Agente Ambiental Indígena da aldeia Canavial – TI Ipixuna.

TI Nove de Janeiro

Manutenção dos roçados

Entre os dias 18 a 24 de julho de 2021 foram apoiadas as limpezas do ramal do lago das pupunhas que dá acesso às áreas produtivas e das 18 áreas de roçados da aldeia Pupunha Central. Esse apoio com combustível, alimentação e ferramentas (terçados, luvas, enxadas, rastelos, lâminas de roçadeiras) se estendeu para manutenção dos outros 07 roçados que estão localizados nas unidades de produção familiar nas margens do lago das pupunhas.

Nos kits de roçados foi enviado um panfleto com orientações técnicas para deixar os restos dos vegetais da roçagem e da poda das plantas na área e ao redor das plantas e manivas para servir como adubo orgânico.

A manutenção do roçado também foi apoiada para 29 famílias da aldeia traíra que possuem roçados para subsistência na produção de farinha de mandioca, macaxeira, cará, banana e abacaxi, como também para aqueles que comercializam o excedente para as comunidades vizinhas e cidade de Humaitá. Algumas famílias incrementam a renda com a comercialização dos produtos dos roçados e do extrativismo da floresta.

Ainda na cadeia produtiva do roçado, o projeto Sulam Indígena apoiou com aquisição de 04 fornos de ferro fundido 1,1 m x 1,5 m x 26 cm para melhoria na produção dos subprodutos da mandioca, como por exemplo, a farinha de mandioca e o pé de moleque que são produzidos pelas 54 famílias indígenas das aldeias Traíra e Pupunha – TI Nove de Janeiro.

Para a Rosangela Parintintin, Cacique da aldeia Pupunha – TI Nove de Janeiro, o apoio do projeto Sulam Indígena e do IEB na manutenção das áreas de roçados possibilita melhorias no trabalho das famílias da aldeia Pupunha, pois como o caminho está limpo, ocorre uma facilidade no escoamento da produção dos roçados.

Manutenção das hortas

Após a reunião com a associação OPIPAM, os agentes ambientais indígenas da aldeia Traíra realizaram um levantamento com as 18 famílias que participaram da implan-

tação das hortas familiares em 2020. Esse levantamento foi participativo e teve o objetivo de levantar quais as sementes que essas famílias queriam trabalhar em suas unidades de produção familiar.

A continuação dessa iniciativa é essencial para manter as hortas familiares sempre produtivas, com produção de verduras e legumes sem química, proporcionando uma alimentação mais saudável e nutritiva para suas famílias.

As sementes que foram adquiridas: alface, cheiro verde, cebolinha, couve, salsinha, pimenta-de-cheiro, tomate, maxixe, abóbora e melancia), sombreiro 50%, telas para cercar as hortas e regadores.

As famílias seguem as orientações da cartilha do cultivo de hortaliças elaboradas a partir de experiências vivenciadas pelos técnicos de campo do IEB. O resultado foi e continua sendo positivo, pois há uma junção dos conhecimentos tradicionais que esses povos indígenas carregam e as orientações técnicas da cartilha.

Com a pandemia da COVID 19, nós fomos agentes mobilizadores dentro das aldeias, seguindo as orientações dos técnicos de campo, a gente realizou atividades junto com as famílias indígenas Parintintin, com apoio da OPIPAM e lideranças, todos nós juntos somos mais fortes. (Carlos Parintintin – Agente ambiental da aldeia Traíra – TI Nove de Janeiro).

Apoio a produção da castanha

No dia 18 de janeiro de 2022, a equipe de campo do IEB, assessora do projeto do BNDES, as associações indígenas OPIPAM e APIJ se reuniram pelo ZOOM para pactuar as atividades do PAR 5 que seriam implementadas nas TI's Nove de Janeiro, Jiahui e Ipixuna, pelo Projeto Sulam Indígena, apoiado pelo BNDES/FAM.

Em seguida, as associações indígenas OPIPAM e APIJ, os agentes ambientais e as famílias indígenas que trabalham com o extrativismo se reuniram durante os dias 19 a 21 de janeiro de 2022 em suas aldeias, para realizar o planejamento e a logística das atividades de apoio a cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia e Açai.

A safra da castanha-da-amazônia na região de Humaitá, sul do estado do Amazonas,



Indígenas Parintintin quebrando os ouriços de castanha na ponta do castanhal São Sebastião, área de abrangência aldeia Pupunha - TI Nove de janeiro.



Escoamento da produção do castanhal Nove de janeiro, na área de abrangência da aldeia Traíra - TI Nove de Janeiro

inicia no mês de dezembro e se estende até março. As famílias que trabalharam com o extrativismo da castanha-da-Amazônia saíram de suas aldeias para as pontas dos castanhais para coletar e quebrar os ouriços nos dias 31 de janeiro a 28 de fevereiro de 2022.

As vinte e oito famílias indígenas da aldeia pupunha trabalharam nas pontas dos castanhais do Carmo, cobra, são Sebastião, Marizal e Castanzalinho. Na área de abrangência da aldeia traíra – TI nove de janeiro, as onze famílias Parintintin da aldeia trabalharam nos castanhais nove de janeiro, varador da canoa, Baraúna, Cutibi, Mutuãnga e Pedral.

Na entrega dos insumos (alimentação, combustível e ferramentas) foi repassado um panfleto impresso do Projeto SEMEAR CASTANHA com as orientações da importância de realizar as Boas Práticas de coleta da castanha-da-amazônia, com intuito de proporcionar qualidade das castanhas.

No final da safra de 2022, as 39 famílias indígenas da TI Nove de janeiro comercializam 1948 latas de castanhas a um preço médio de R\$ 55,00/ lata, gerando uma renda de R\$ 107.140,00 para essas famílias que coletam castanha-da-Amazônia nas florestas.

Esse apoio com combustível, alimentação e insumos para a atividade de castanha é muito importante, pois os nossos castanhais são longe das aldeias e precisamos de combustíveis para escoar a produção, comercializar para gerar renda para nossas famílias, pois as nossas estradas são os igarapés e rios na amazônia. Essa atividade gera renda para as famílias indígena com a floresta em pé - Valnei Parintintin – Agente Ambiental Indígena da aldeia traíra – TI Nove de janeiro.

Apoio a produção do açaí

As famílias da aldeia Pupunha trabalham na cadeia produtiva do açaí, essa atividade dá um retorno econômico e ambiental muito forte para o povo Parintintin. O extrativismo do açaí gera um lucro maior para as famílias e não danifica o ambiente, as famílias coletam o fruto e a palmeira continua em pé, possibilitando a produção para os próximos anos.



Panfleto de Boas Práticas de manejo de castanha-da-Amazônia impresso que foi distribuído com os 54 Kits de ca (insumos, cesta alimentação e combustível). Panfleto do SEMEAR CASTANHA.

Os açazais estão localizados nas trilhas dos castanhais e nas áreas de florestas próximos aos igarapés e rios. As 32 famílias da aldeia Pupunha que trabalham com o extrativismo do açaí saíram de suas aldeias para a coleta dos frutos nos dias 03 a 27 de março de 2022.

Na entrega dos kit's (combustível, alimentação, botas, terçados e saco de armazenamento dos frutos) também foi entregue um panfleto impresso com as orientações da importância de realizar as Boas Práticas de coleta e beneficiamento do açaí, com intuito de proporcionar qualidade das sementes e do vinho já beneficiado.

Os agentes ambientais indígenas aplicaram formulários de monitoramento da produção com as famílias no final do mês de março de 2022. Os dados da quantidade de latas, o preço que foi vendido e o nome do comprador foram alguns dados coletados pelos agentes ambientais. Esse monitoramento permite que os indígenas tenham noção do potencial produtivo do açaí.

Do início até o fim de março de 2022, as 32 famílias indígenas da aldeia Pupunha comercializam 278 latas de açaí a um preço de R\$ 28,00/ lata, totalizando R\$ 7,784,00 durante o trabalho realizado em 03 semanas.

O açaí é o segundo produto que a gente trabalha coletando da floresta, é uma atividade que a gente faz para completar a renda, pois tem família que não tem salário e a venda do açaí ajuda bastante no final do mês. Muitas famílias da aldeia Pupunha trabalham muito com a floresta, por isso nós precisamos da floresta em pé, de lá que tiramos a nossa renda - Valnei Parintintin

– Agente Ambiental Indígena da aldeia Pupunha – TI Nove de janeiro.

TI Jiahui

Manutenção dos roçados

Entre os dias 19 a 31 de agosto de 2021 no território Jiahui, as 24 famílias indígenas realizaram mutirões em cada unidade de produção familiar para limpeza das 20 áreas de roçados de macaxeira, mandioca para produção de farinha, cará, banana comprida e banana prata, jerimum, melancia e milho. No território Jiahui, as famílias indígenas trabalham em mutirão, onde as famílias realizam atividades de forma coletiva, uma cooperando com a outra para otimizar o tempo de trabalho e de recursos.

Nessa atividade foi adquirido um 24 kit's roçados (alimentação, combustível e algumas ferramentas enxadas, terçados, luvas e rastelos) para apoiar nos mutirões de roçados para segurança alimentar das famílias e possíveis comercialização na cidade ou comunidades vizinhas.

Manutenção das hortas

Após a reunião com as associações OPIPAM e APIJ, os agentes ambientais indígenas Jiahui fizeram um levantamento com as famílias sobre as sementes de hortaliças que queriam continuar a plantar em suas hortas.

A continuação dessa iniciativa é essencial para que as famílias possam manter as hortas familiares nos seus quintais, com produção de verduras e legumes sem quí-



Roçado consorciado de macaxeira, mandioca, banana e mamão na aldeia Kwaiari– TI Jiahui.



Roçado consorciado de milho e macaxeira na aldeia Ju'i – TI Jiahui.

mica, proporcionando uma alimentação mais saudável e nutritiva para suas famílias.

Sendo assim, o IEB abraçou a causa e continuou apoiando a aquisição de sementes de hortaliças dentro do planejamento das atividades do projeto Sulam Indígena. Essa é uma atividade que as mulheres, homens, jovens e crianças se envolve desde a implantação, colheita e manutenção das hortas, em suas unidades de produção familiar indígena.

As sementes que foram adquiridas: alface, cheiro verde, cebolinha, couve, salsinha, pimenta-de-cheiro, tomate, maxixe, abóbora e melancia), sombreiro 50%, telas para cercar as hortas e regadores.

As famílias seguem as orientações da cartilha do cultivo de hortaliças elaboradas a partir de experiências vivenciadas pelos técnicos de campo do IEB. O resultado foi e continua sendo positivo, pois há uma junção dos conhecimentos tradicionais que esses povos indígenas carregam e as orientações técnicas da cartilha.

As verduras e legumes que a gente planta aqui na aldeia é sem nenhum veneno que faz mal na nossa saúde. A nossa plantação é saudável para nós e para o ambiente, pois se a gente usa agrotóxico, a gente está comendo veneno e se matando, como também matando outros organismos do meio ambiente que tem um papel ecológico nesse ambiente (Edna Diarroi – Agente ambiental da aldeia Kwaiari – TI Jiahui)

Apoio a produção de castanha

No dia 18 de janeiro de 2022, a equipe de campo do IEB, assessora do projeto do BNDES, as associações indígenas OPIPAM e APIJ se reuniram pelo ZOOM para pactuar as atividades do PAR 5 que seriam implementadas nas TI's Nove de Janeiro, Jiahui e Ipixuna, pelo Projeto Sulam Indígena, apoiado pelo BNDES/FAM.

Em seguida, a associação indígena APIJ, os agentes ambientais e as famílias indígenas Jiahui que trabalham com o extrativismo se reuniram no dia 20 de janeiro de 2022 na aldeia Ju'i, para realizar o planejamento e a logística das atividades de apoio a cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia, aproveitaram a oportunidade para planejar também as atividades do açai.



Agente ambiental indígena plantando mandioca e macaxeira no roçado na aldeia Ju'i – TI Jiahui.



Manutenção das hortas familiares – desenvolvimento de alface, chicória, couve, coentro em uma das hortas da a – TI Jiahui



Horta familiar na aldeia Ju'i – TI Jiahui.

A safra da castanha-da-amazônia na região de Humaitá, sul do estado do Amazonas, inicia no mês de dezembro e se estende até março. As famílias que trabalham com o extrativismo da castanha-da-Amazônia saíram de suas aldeias para as pontas dos castanhais para coletar e quebrar os ouriços nos dias 31 de janeiro a 28 de fevereiro de 2022. Como os castanhais do território Jiahui são mais próximos da aldeia Ju'i, as famílias costumam se deslocar diariamente para coletar e quebrar os ouriços. No território Jiahui, as dez famílias Jiahui realizam as atividades de manejo nos castanhais serrinha, palha branca, Pau rosa, Ju'i, cemitério, Macacau e Palha Preta.

Na entrega dos insumos (alimentação, combustível e ferramentas) foi repassado um

panfleto impresso do Projeto SEMEAR CASTANHA com as orientações da importância de realizar as Boas Práticas de coleta da castanha-da-amazônia, com intuito de proporcionar qualidade das castanhas.

No fim da safra, os agentes ambientais indígenas aplicaram formulários de monitoramento da produção com as famílias que trabalham no extrativismo da castanha-da-amazônia. Os dados da quantidade de latas, o preço que foi vendido e o nome do comprador foram alguns dados coletados pelos agentes ambientais. Esse monitoramento permite que os indígenas tenham a realidade do potencial produtivo da castanha-da-amazônia.

Na safra de 2022, as dez famílias do território Jiahui comercializaram 314 latas de castanha por um preço médio de R\$ 55,00/lata, gerando uma renda de R\$ 17.270,00 para essas 10 famílias Jiahui.

Para Elda Diarroi, agente ambiental indígena Jiahui, monitorar a produção da castanha na TI Jiahui foi uma iniciativa do projeto Sulam Indígena muito importante para as famílias, como também para a APIJ, pois possibilitou a sistematização dos dados de produção por SAFRA, contribuindo no banco de dados da associação indígena para elaboração de relatórios dos projetos, como também contribuirá na elaboração de futuros projetos de apoio a cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia.

Apoio a produção do açaí

Os açaiçais estão localizados nas trilhas dos castanhais e nas áreas de florestas próximos aos igarapés e rios. As 17 famílias que trabalham com o extrativismo do açaí saíram de suas aldeias para a coleta dos frutos nos dias 03 a 27 de março de 2022.

Na entrega dos kit's (combustível, alimentação e ferramentas) também foi entregue um panfleto impresso com as orientações da importância de realizar as Boas Práticas de coleta e beneficiamento do açaí, com intuito de proporcionar qualidade das sementes e do vinho já beneficiado.

As palmeiras de açais que estão próximas das aldeias, as famílias costumam ir diariamente para coletar e no fim do dia comercializam na beira da BR 230 transa-

mazônica. Enquanto, nos mais longe das aldeias, as famílias costumam coletar em dois dias e no terceiro comercializam para os atravessadores, por ser um produto perecível.

No fim do mês de março de 2022, os agentes ambientais indígenas aplicaram formulários de monitoramento da produção com as famílias que trabalharam no extrativismo do açaí. Os dados da quantidade de latas, o preço que foi vendido e o nome do comprador foram alguns dados coletados pelos agentes ambientais. Esse monitoramento permite que os indígenas tenham a noção do potencial produtivo do açaí.

Do início até o fim de março de 2022, as 17 famílias indígenas da TI Jiahui comercializaram 112 latas de açaí a um preço de R\$ 28,00/ lata, totalizando R\$ 3,136,00 durante o trabalho realizado em 03 semanas.

O apoio para aquisição de insumos (botas e sacos para armazenar os frutos) é muito importante para nós que coletamos o açaí, pois diminui os gastos com materiais durante toda a safra. O trabalho de monitorar a produção ajuda fortalecer as informações de produção extrativistas do açaí da Terra Indígena Jiahui, através do banco de dados da APIJ - Erlânio Diarroi – Agente Ambiental Indígena da aldeia Ju'i – TI Jiahui.

1.4.4 – Instalar infraestrutura de boas práticas de manejo de produtos indígenas nas Terras Indígenas Km 124, Boca do Acre, Inari/Água Preta e Caititu

Lábrea – TI Caititu

A partir de novembro de 2020 iniciamos juntamente com a OPAN e a FOCIMP, as tratativas para a construção de um entreposto de armazenamento e secagem da castanha, dentro do arranjo produtivo que vem sendo acompanhado pela organização parceira em Lábrea, na TI Caititu.

Essa ação se desdobrou até o mês de abril de 2021 com previsão de entrega de uma construção em alvenaria no mês de maio. Com este esforço coletivo, foi possível entregar um bem permanente com relevante significado no fortalecimento da cadeia de valor da castanha indígena em Lábrea.

A construção tem 15m de comprimento por 5 metros de largura e comporta 12 mesas de secagem de castanha, totalizando um volume de 240 sacas (medidas) de castanha. Ressalta-se que o arranjo produtivo liderado pela associação APITC conseguiu trazer nessa safra 336 latas de castanha. A estrutura comporta 1200 latas e o balcão foi destinado para secar, ensacar e armazenar a produção de castanha.



Pauini – TI Água Preta/Inari

Construção da escada na aldeia Mipiri

Em março de 2022 foi concluída a construção da escada de acesso à aldeia Mipiri, primeira aldeia da TI Água Preta/Inari e, também, a que possui maior elevação comparada ao nível do rio Purus.

São 197 degraus, configurando, no momento, a escada mais alta do município, e atenderá 24 famílias das aldeias Mipiri e Nova Esperança, cujo acesso no verão é feito exclusivamente pela aldeia Mipiri.

Estas aldeias possuem, juntas, 68 hectares de SAF, cuja produção atende o consumo das famílias e vendas no comércio central de Pauini. Entretanto, a mobilidade dos moradores e o escoamento da produção eram prejudicados pelas condições de acesso à aldeia Mipiri, dado que elevação e os degraus improvisados no relevo limitavam o tráfego de cargas e, ainda, de pessoas como os idosos com pouca mobilidade.

Os moradores apostam no acesso facilitado pela escada para investir no turismo de base comunitária, considerando que a aldeia possui o Museu Cultural, SAF, Casa de Produção de Chocolate e realiza, anualmente, eventos comemorativos pelo Dia dos Povos Indígenas, em abril.



“O PGTA vem transmitir o protagonismo e a autonomia do povo Tenharim do Igarapé Preto com a participação e envolvimento das lideranças, anciãos e jovens indígenas em todas as etapas na elaboração do documento”

Cleomar Tenharim
pesquisador indígena

1.5 – Monitoramento do Avanço do Desmatamento nas 7 Terras Indígenas

1.5.1 – Instalar sistema de ferramentas de SIG na sede das 5 associações e na sede do IEB

Em diálogo com o eixo 1, que visa fortalecer as associações indígenas para a gestão territorial indígena do sul do Amazonas, a instalação de sistemas de monitoramento do avanço do desmatamento nas associações (1.5.1) foi totalmente concluída e contou com uma capacitação para dois representantes das associações beneficiárias, tal como reportado no relatório anterior. A capacitação foi dirigida para instrumentalizar as associações para a alimentação e o processamento de dados recolhidos pelos AAI em diversas ações. Cabe informar que as informações coletadas durante as expedições de vigilância, mapeamento de castanhais e açaçais e implementação de SAFs compõem a principal matéria prima para alimentação dos Sistemas de Informações Geográficas.

Apesar de ter sido enviada uma proposta de continuação da capacitação presencial de SIG, com o fito de aprofundar a instrumentalização dos dois representantes de cada associação em junho de 2020, não foi possível realizá-la em razão do aprofundamento da pandemia no início de 2021.

Nesse sentido, a estratégia foi dirigida para a capacitação remota dos Agentes Ambientais Indígenas para o manuseio de aplicativos de monitoramento territorial



reunião de encerramento e preparação para webnário na TI Água Preta Inari

que foram introduzidos durante a 1.2.1 “Formação continuada em proteção territorial”.

Após aquisição e entrega de 75 celulares para os AAI, a equipe do IEB realizou 3 oficinas remotas para instrumentalização dos AAI, de acordo com a distribuição geográfica das TIs e a disponibilidade dos participantes. De maneira geral, abordou-se ferramentas de coleta de dados para os aparelhos celulares (smartphones) que possibilitam o registro de informações geográficas de seus territórios e das respectivas atividades em andamento, além da aplicação de formulários customizados de acordo com os interesses estratégicos das associações. As informações levantadas pelos



Sistematização da linha do tempo das atividades do projeto SulAm indígena na TI Boca do Acre



metodologia de avaliação por atividade na TI Boca do Acre.

atores foram (e estão sendo) armazenadas no banco de dados alocado em servidor virtual (Hetzner) com aplicação do app Open Data Kit (ODK), que recebe os dados coletados com aparelhos celulares pelos Agentes Ambientais Indígenas. Cabe ressaltar que o servidor em questão é contrapartida do projeto Saber da Floresta, apoiado pela fundação Moore.

1.5.3 – Produzir e disseminar informações qualificadas sobre o avanço do desmatamento nas TIS do Sul do Amazonas por meio da realização de seminários temáticos

Reuniões presenciais de preparação para o seminário final e encerramento do Projeto SulAm indígena

Ao levar em consideração as colocações das associações indígenas nas reuniões de monitoramento e avaliação do projeto, os protocolos sanitários recomendados por um profissional da saúde contratado pelo IEB e as tratativas com os gestores do Fundo Amazônia, foi consensuado que seria fundamental uma rodada de reuniões presenciais de encerramento junto às comunidades e Agentes Ambientais Indígenas com o objetivo de repassar os resultados do projeto e preparar os atores para a participação do seminário final. Como um seminário presencial demandaria uma aglomeração de indivíduos de diferentes localidades com deslocamentos e origem distintas, o que aumentaria a probabilidade de transmissão do vírus, optou-se por um formato híbrido, com reuniões presenciais nas comunidades e um webnário com os AAI de cada terra indígena, representantes das 6 associações beneficiárias e lideranças.

PURUS

Posto isto, com relação à etapa preparatória presencial, foram realizadas reuniões na TI Água Preta Inari, Boca do Acre, Km 124, na FOCIMP e na TI Ipixuna durante o mês de março de 2022.

Nessas reuniões optamos por realizar os encontros dentro das aldeias, seguindo o protocolo sanitário instituído pelo profissional de saúde contratado pelo IEB. A despeito das especificidades de cada localidade, a metodologia focou em traçar uma linha do tempo participativa com as ações realizadas em cada terra indígena discutida em grupos ou plenária, para na sequência avaliar atividades ou frentes de ação que compõem os subcomponentes do projeto. É preciso destacar que as reuniões contaram com a participação das organizações indígenas, que apoiaram na condução dos encontros e contribuíram com a avaliação.

A reunião em Lábrea, na sede da Federação das Organizações Indígenas do Médio Purus – FOCIMP foi uma oportunidade para apresentar para todos os presentes da Terra Indígena Caititu o processo de implementação da PNGATI e a retomada de assuntos e formações de projeto SULAM Indígena trouxe para implementar a PNGATI.

Com a reunião foi fechado um ciclo com o Sulam Indígena para que os parentes da TI Caititu e a FOCIMP iniciassem outro com o Liga da Floresta, Vozes da Mata, Saberes da Floresta. Fazendo a apresentação dos outros projetos existentes e que tem a FOCIMP como contemplado, ficou entendido pelos presentes que o projeto SULAM Indígena foi apenas o início de um trabalho na região que trouxe e incentivou outros projetos e instituições a chegarem para também implementar a PNGATI e contribuir com o fortalecimento territorial e a valorização das Cadeias de valor, como SAFs, Castanha e muitas outras cadeias existentes na TI Caititu. Foi

entendido que a FOCIMP esteve a frente do processo e que ela é gigante!

Os agentes ambientais apresentaram os cursos e atividades que realizaram e que seu papel no território deverá sempre pautado, pois foram indicados pelas comunidades para fazerem parte de um processo formativo que não se acaba com o fim do projeto, mas que junto todos da TI Caititu deverão sempre contar com a presença dos agentes ambientais para contribuir com o território em todo e qualquer assunto. Os agentes ambientais muito falaram sobre a importância de serem os guardiões da mata, conscientes da sua história, força e luta. Foi refletido sobre inícios, meios e continuidades, conectando projetos de vida a projetos institucionais. Tato Junior agradeceu ao IEB e a FOCIMP pela coragem de se dispuserem a formar jovens e não esquecer anciãos e lideranças, agradeceu por elevar o nível das reflexões com tanta sabedoria, método e sensibilidade.

Na oportunidade o Coordenador da FOCIMP Zé Bajaga resgata o processo de luta que foi conseguir o apoio do FUNDO AMAZONIA e que essa luta foi especial, pois foi a oportunidade de as organizações do Sul do Amazonas se unirem e mostrarem sua força para conquistarem algo em comum. E que com isso permaneça o aprendizado de união e luta que todos temos em comum. Pediu que o IEB continue com as organizações e com os territórios do Purus para que se possa buscar novos projetos pelo FUNDO AMAZONIA que tragam frutos tão bons quanto o projeto SULAM Indígena trouxe nesses anos de luta e adaptações por causa da Pandemia.

Na Terra Indígena Água Preta Inari a reunião aconteceu entre os dias 9 e 11 de março durante o intercâmbio de proteção territorial reportado acima. Aproveitou-se o evento para otimizar recursos e aumentar o alcance da sistematização e reflexão sobre os resultados obtidos durante o evento em questão.

Na sequência foram realizadas uma reunião na TI Boca do Acre no dia 13 de março e uma reunião dia 14 de março na TI Km 124. Cabe ressaltar que em razão da situação de vulnerabilidade dessas terras indígenas que são interceptadas na BR 317, as reuniões foram restritas aos AAI e lideranças, e realizadas sem o pernoite dos participantes, segundo o protocolo sanitário instruído pelo epidemiologista.

MADEIRA

A reunião com os Agentes Ambientais Indígenas Kagwahiva e organizações APIJ e OPIPAM foi uma demanda das reuniões virtuais de repactuação das atividades que integraram o 5º PAR do projeto Sulam Indígena - Gestão Territorial Indígena.

Com o avanço da vacinação da COVID 19 no estado do Amazonas e nas populações indígenas, e a ampliação da primeira dose para as pessoas a partir de 5 anos. Aliado, com as cartas das 02 associações indígenas solicitando uma reunião presencial no território indígena kagwahiva. A equipe do IEB pactuou com os AAI's kagwahiva e associações indígenas APIJ e OPIPAM uma reunião que seria realizada nos dias 18 e 19 de março de 2022, na aldeia canavial – TI Ipixuna.

Nessa reunião iriam participar os 30 AAI's e 02 representantes das organizações APIJ e OPIPAM com as

seguintes pautas: esclarecimento presencial sobre as atividades remanejadas que integram o 5º PAR, avaliação das atividades e a preparatória para o Seminário Final virtual de encerramento e compartilhamento dos resultados do projeto Sulam Indígena.

Para realizar essa reunião na aldeia tivemos que seguir o protocolo de segurança de enfrentamento a COVID 19, elaborado por uma assessoria de um infectologista, que prestou serviços ao IEB. Antes de entrar no Barco para se deslocar até a aldeia Canavial, cada participante (equipe do IEB, AAI e representantes da APIJ e OPIPAM) realizou exame PCR para COVID 19.

Os 08 AAI e os 02 representantes da OPIPAM que residem na aldeia Traíra realizaram o teste na aldeia no dia 10 de março de 2022, 07 dias antes do embarque, pois na semana anterior tiveram 08 casos de covid-19.

No dia do embarque, 17 de março de 2022, as 28 pessoas que iriam se deslocar da cidade de Humaitá x aldeia canavial realizaram o teste PCR, onde tiveram 11 resultados positivos para COVID 19.

Para não propagar o vírus da COVID 19 e correr o risco de contaminar habitantes da aldeia Canavial, a coordenação do Programas dos Povos Indígenas seguiu o protocolo de segurança e cancelou o evento, com intuito de resguardar os demais participantes.

Seguindo o protocolo de segurança, realizamos a logística do retorno dos participantes para suas aldeias de forma separada, onde as pessoas que testaram positivos foram separadas das pessoas com os resultados negativos.



10 anos de implementação da
PNGATI no Sul do Amazonas
**A EXPERIÊNCIA DO PROJETO
SULAM INDÍGENA**

Seminário Virtual

28 de março de 2022

14 às 18hs (horário de Brasília)

Plataforma FORMAR/IEB

O seminário tem como objetivo geral debater acerca dos avanços e desafios dos 10 anos de implementação da PNGATI no Sul do Amazonas a partir dos resultados e lições aprendidas do projeto SulAM Indígena, apoiado pelo Fundo Amazônia/BNDES.

Os objetivos específicos são: Trocar experiências sobre os resultados do projeto SulAM Indígena; Promover intercâmbio de conhecimento entre os beneficiários do projeto e parceiros; Refletir sobre os avanços da implementação da PNGATI nos últimos 10 anos na região; Discutir desafios para a implementação da PNGATI em 2032.



Seminário Final

O Webinário 10 anos de implementação da PNGATI no Sul do Amazonas: a experiência do projeto SULAM Indígena foi realizado no dia 28 de março de 2022, das 14 às 18hs, na plataforma FORMAR/IEB. O objetivo geral foi debater acerca dos avanços e desafios dos 10 anos de implementação da PNGATI no Sul do Amazonas a partir dos resultados e lições aprendidas do projeto SULAM Indígena, apoiado pelo Fundo Amazônia/BNDES.

Os objetivos específicos foram: a) Trocar experiências sobre os resultados do projeto SulAM Indígena; b) Promover intercâmbio de conhecimento entre os beneficiários do projeto e parceiros; c) Refletir sobre os avanços da implementação da PNGATI nos últimos 10 anos na região e d) Discutir desafios para a continuidade da implementação da PNGATI.

Participaram associações indígenas parceiras do projeto: OPIPAM, APITIPRE, APIJ, FOCIMP, OPIAJBAM e OPIAJ, Agentes Ambientais Indígenas, Mulheres Indígenas, Organizações da Sociedade civil parceiras e o próprio Fundo Amazônia.

O Webinário iniciou com falas dos representantes indígenas destacando os legados do projeto, seguido de uma linha do tempo da implementação da PNGATI no Sul do Amazonas. Na sequência, foram relatadas pelos próprios indígenas os resultados alcançados pelas atividades do projeto, nos temas: fortalecimento das associações indígenas, Agentes Ambientais Indígenas, proteção territorial, SIG e vigilância indígena, SAF's e recuperação de áreas degradadas.

Após esse momento, as associações indígenas falaram sobre a implementação da PNGATI no Sul do Amazonas, destacando seus avanços. Na sequência, houve um debate a partir de falas inspiradoras sobre o que queremos: PNGATI 20 anos. Ficou evidente que a PNGATI necessita de continuidade de apoios e direcionamento de esforços e políticas para sua implementação, aproveitando a experiência bem sucedida do projeto SulAm Indígena, juntamente com a rede de associações indígenas comprometidas com a gestão dos seus territórios.

Por fim, houve o lançamento virtual do PGTA da TI Igarapé Preto, marcando uma importante ação do projeto para o povo Tenharin do Igarapé Preto, que agora vai direcionar seus esforços no rumo de novas parcerias para implementação de ações de gestão do seu território.



Componente 2

Elaboração do PGTA da TI Igarapé Preto



No caso do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto, a atividade que diz respeito à validação do PGTA junto às comunidades Tenharim, prevista para ser realizada de forma presencial, foi impactada pela pandemia mundial de Covid-19. A metodologia preliminar estava baseada na realização de reuniões presenciais, que acabam por promover aglomerações e circulação de indígenas e não indígenas dentro da TI.

Como alternativa aos encontros presenciais, propomos as seguintes etapas para manutenção da atividade por meio de adaptação metodológica para o período pandêmico:

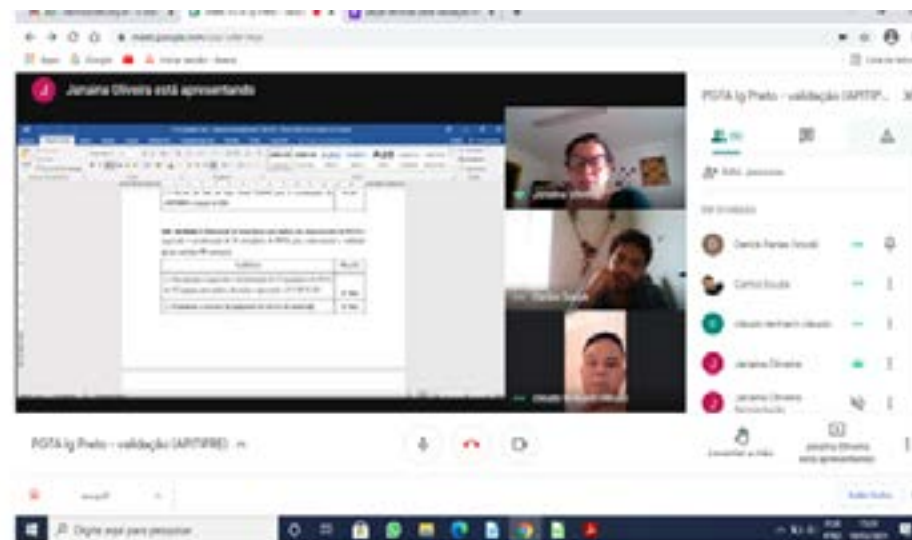
Reunião virtual de nivelamento e aprovação de nova metodologia junto à coordenação da APITIPRE

A equipe técnica do IEB se reuniu com a coordenação da APITIPRE no dia 19 de março de 2021 pelo aplicativo de videochamada para apresentar a metodologia e pactuar os instrumentos para validar o PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto.

Construção de formulários adequados (google form) para análise dos temas/acordos do PGTA e impressão e encadernação de 20 exemplares para conhecimento e discussão

A equipe técnica do IEB elaborou dois tipos de formulários: o primeiro está direcionado aos 10 pesquisadores indígenas e a coordenação da APITIPRE para validar a primeira parte do PGTA (dedicatória, apresentação e etapas de elaboração do PGTA, fala sobre a terra indígena e os Tenharim). Enquanto, o segundo está direcionado aos núcleos familiares de cada aldeia (2º e 3º parte do PGTA - informações de particularidades da terra indígena: educação, saúde, cultura, recursos naturais e ameaças socioambientais. Como também os 04 eixos: sociocultural, recursos ambientais, território e atividades econômicas sustentáveis com suas demandas e acordos). Ambos os formulários tinham espaço para inserir as correções.

Em seguida, o técnico de campo realizou uma reunião virtual no dia 26 de abril de 2021 com os 10 pesquisadores indígenas para explicar o preenchimento dos formulários direcionados aos pesquisadores e coordenação da APITIPRE, referente à



primeira parte, como também o preenchimento das partes finais do PGTA que são direcionados às lideranças divididas por núcleos familiares.

Nessa segunda reunião, os kit's (formulários, prancheta, caneta e o PGTA impresso) já estavam nas mãos dos pesquisadores indígenas, e assim eles tiveram a possibilidade de sanar suas dúvidas sobre a metodologia e dos formulários que seriam aplicados em cada núcleo familiar das três aldeias.

Aplicação dos formulários e recebimento das informações dos 10 pesquisadores indígenas

A aplicação dos formulários para validar as informações do PGTA por núcleo familiar das três aldeias, pelos 10 pesquisadores indígenas. Essa etapa iniciou no dia 27 de abril e foi finalizada no dia 14 de maio de 2021.

Cada aldeia (Igarapé Preto Central e Igarapé preto II, e água azul) tem três pesquisadores indígenas e, somando com um coordenador geral de pesquisa, totalizam 10 pesquisadores Tenharim.

Com apoio do PGTA impresso, os pesquisadores aplicaram os formulários com o chefe de família de cada núcleo, em suas respectivas aldeias e priorizando lugares abertos com maior circulação de ar.

Após a finalização de cada trabalho nos núcleos familiares, os pesquisadores indígenas enviaram para o técnico de campo, via grupo de trabalho no whatsapp, as fotos dos formulários respondidos pelos chefes dos núcleos familiares que foram sistematizados para a próxima etapa da validação do PGTA.

A participação dos pesquisadores indígenas foi essencial para o sucesso da metodologia adaptada devido a pandemia da COVID 19, fortalecendo o protagonismo indígena na elaboração de instrumentos de gestão territorial e ambiental.

Oficina virtual para sistematização das informações e sugestões coletadas pelos pesquisadores indígenas

A oficina virtual para sistematização das informações foi realizada no dia 25 de ju-



nho de 2022 pelo ZOOM com a presença da coordenação APITIPRE, os 10 pesquisadores indígenas e lideranças indígenas da TI Tenharim do Igarapé Preto.

A equipe do IEB sistematizou as informações das entrevistas em um power point dividido por tópicos do PGTA para validar as correções e inserções de informações que as lideranças acharam pertinentes para enriquecer as propostas de gestão territorial e ambiental da terra indígena.

Em seguida, a equipe técnica de campo de Humaitá finalizou a sistematização das correções e enviou para a assessora do projeto providenciar a diagramação depois das correções.

Devolutiva do documento final total para referendo em Assembleia interna, isto é, apenas com os núcleos familiares residentes desta TI

As reuniões com as lideranças indígenas e anciões foram realizadas em dois momentos nos dias 13 e 14 de setembro de 2021 nas aldeias Igarapé Preto II e Água Azul, respectivamente. A coordenação da APITIPRE e os 10 pesquisadores indígenas se reuniram nas sedes das aldeias para repassar as informações sobre a versão final do documento PGTA, pontuando onde houve as correções.

Após a reunião que a APITIPRE e os pesquisadores apresentaram a versão final do PGTA para o povo Tenharim do Igarapé Preto, o documento passou por um processo de revisão final durante os meses de setembro e outubro de 2021 pelos coordenadores e assessores de projetos do Programa dos Povos Indígenas do IEB.

Reunião de entrega do PGTA e devolução virtual do documento final em formato digital para que seja amplamente distribuído nas aldeias

A Reunião de entrega do documento PGTA foi realizada nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2022 na aldeia Igarapé Preto Central com a participação das três aldeias Tenharim do Igarapé Preto (Igarapé Preto Central, Igarapé Preto II e Água azul) e associação indígena APITIPRE.



A reunião iniciou com a APITIPRE dando as boas-vindas ao IEB e agradecendo a participação das 03 aldeias. Em seguida, o Cacique tradicional Manoel Tenharim finalizou a recepção com um canto tradicional do povo Tenharim.

A equipe do IEB realizou um resgate dos procedimentos para elaboração do PGTA, com a participação dos 10 pesquisadores indígenas.

O PGTA da Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto foi um documento elaborado de forma participativa com as 03 aldeias. É uma ferramenta de gestão da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), criada pelo Decreto nº7.747 de 2012.

Nesse documento está descrito como o povo Tenharim se organiza e as propostas sobre como cuidar do território e do povo indígena do Igarapé Preto. Além de ser um instrumento de diálogo com os governos e parceiros da sociedade civil para buscar recursos com intuito de implementar as ações que estão descritas para o bem viver do povo Tenharim, sem prejudicar as futuras gerações.

A reunião foi finalizada com a entrega dos exemplares do PGTA da Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto a APITIPRE, Caciques, pesquisadores indígenas, professores e lideranças indígenas das 03 aldeias do território Tenharim do Igarapé Preto.

Para empreender a adaptação descrita acima, foi necessário o apoio e mobilização dos 10 pesquisadores indígenas que participaram do processo de formação, das excursões de etnomapeamento e na elaboração do plano de gestão.

Para o Cleudo Tenharim, pesquisador indígena, essa adaptação foi necessária para fechar a etapa de elaboração do PGTA, pois depois da conclusão desse documento, o povo tenharim terá a possibilidade de procurar as estratégias necessárias para implementar as ações dos 04 eixos que foram enfatizados no PGTA - social, ambiental, territorial e atividades econômicas sempre aliados na busca do bem viver das famílias e na garantia dos direitos indígenas.

A elaboração do PGTA da terra indígena do Igarapé preto foi muito importante para o povo do igarapé preto, pois através das expedições de etnomapeamento com a



participação dos nossos anciões conhecemos lugares importantes para a nossa cultura, as histórias antigas antes do contato com o branco e os locais das aldeias antigas. Os anciões também participaram das oficinas de etnomapeamento para identificar os igarapés, rios, lugares sagrados, de pesca e caça. Esse PGTA e os mapas servirão de materiais para as nossas escolas, onde os nossos filhos poderão estudar e conhecer mais o nosso território, com esses materiais que mostram a realidade e o nosso território – Plínio de Souza Oliveira – pesquisador indígena e coordenador da APITIPRE.



B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO

O principal desafio enfrentado pela instituição neste período foi a manutenção e adaptação das atividades em decorrência da Pandemia de Covid-19.

Neste sentido, contamos com uma parceria sólida e o comprometimento das organizações indígenas parceiras que nos apoiaram na avaliação e planejamento das ações, na articulação com os órgãos responsáveis pela assistência aos povos indígenas nos municípios (Funai e Sesai) e no diálogo com os Agentes Ambientais Indígenas e comunidades.

Essa adaptação exigiu um esforço criativo e o investimento de recursos para toda a instituição, alcançando a aquisição de equipamentos, fortalecimento das infraestruturas de comunicação nas terras indígenas e nas sedes de associações, incorporação de plataformas para reuniões virtuais, criação da Plataforma Formar para continuidade das formações à distância e contratação de consultorias especializadas para apoiar a adaptação dos processos formativos em ambiente virtual.

Esses esforços somados e a maturidade alcançada por meio dos processos formativos de gestores ambientais e de agentes ambientais indígenas possibilitou a continuidade das ações nas terras indígenas e das articulações políticas relativas à implementação da PNGATI nos territórios com impactos diminuídos além do fortalecimento da autonomia dos povos, comunidades e associações indígenas na gestão de seus territórios e defesa de seus direitos.

C

CRONOGRAMA DE
EXECUÇÃO FÍSICA

[clique aqui +](#)

D

QUADRO DE USOS E
FONTES DETALHADO

[clique aqui +](#)

E

RELAÇÃO DE
PAGAMENTOS

[clique aqui +](#)

F

LISTAGEM DE MÁQUINAS
E EQUIPAMENTOS

[clique aqui +](#)

G

MOVIMENTAÇÃO
FINANCEIRA

[clique aqui +](#)

H

INDICADORES DO PLANO
DE MONITORAMENTO

[clique aqui +](#)



DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET

Postagens no site do IEB:

- **Mutirão na aldeia indígena Pupunha encerra primeira fase de plano de ação para gerar renda e segurança alimentar à comunidade**
<https://iieb.org.br/mutirao-na-aldeia-indigena-pupunha-encerra-primeira-fase-de-plano-de-acao-para-gerar-renda-e-seguranca-alimentar-a-comunidade/>
- **Mais uma aldeia rumo a autossuficiência alimentar**
<https://iieb.org.br/mais-uma-aldeia-rumo-a-autossuficiencia-alimentar/>
- **Curso do IEB forma 36 indígenas do sul do Amazonas**
<https://iieb.org.br/curso-do-ieb-forma-36-indigenas-do-sul-do-amazonas/>
- **Oficina de artesanato fortalece cultura e geração de renda em Terra Indígena Apurinã**
<https://iieb.org.br/oficina-de-artesanato-fortalece-cultura-e-geracao-de-renda-em-terra-indigena-apurina/>
- **Encontro de agentes ambientais indígenas no sul do Amazonas une povos pela proteção dos territórios**
<https://iieb.org.br/encontro-de-intercambio-de-agentes-ambientais-indi->

[genas-no-sul-do-amazonas-mobiliza-povos-pela-conservacao-dos-territorios/](#)

Postagem Facebook:



Instituto Interacional de Educação do Brasil (IEB)
Publicado por [Luzia Costa](#) · 1 dia atrás · 🌐

Mais de 40 indígenas das etnias Apurinã e Bororo se reuniram na Terra Indígena (TI) Água Preta/Itaituba no sul do Estado do Amazonas, próximo ao município de Pôrto, entre os dias 9 e 12 de março, em um encontro de intercâmbio e troca de experiências de agentes ambientais indígenas.

A iniciativa integra o compromisso do IEB com a sustentabilidade indígena, projeto que iniciou em 2017, apoiado pelo Fundo Amazônia (FAM), para promover a implementação do Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas (PNGATI) na região e o fortalecimento das associações indígenas.

No encontro, os agentes ambientais indígenas e os presentes compartilharam experiências em reconhecimento e identificação de seus territórios, foram compartilhados conhecimentos sobre iniciativas de preservação e proteção de espécies ameaçadas na região, como a pesca sustentável e a tucupua.

[#IEB](#) [#FAM](#) [#PNGATI](#) [#TerraIndígena](#)
Leia mais em [https://bit.ly/3uWjZjv](#) (evento de intercâmbio de agentes...)

Evento de intercâmbio de agentes ambientais indígenas no sul do Amazonas mobiliza povos pela conservação dos territórios - IEB

414
Reações: 40
Compartilhe

7 +12 mais alto
Publicação de divulgação

[Publicar publicação](#)

4 compartilhamentos

Twitter:



[Twitter](#)

Página Inicial

- Explorar
- Notificações
- Mensagens
- Perfil
- Mais

Tweetar

IEB @ieboficial

Página Inicial



IEB @ieboficial · 18 s

Hoje é dia de relembrar o webinar que discutiu os 10 anos de implementação da PNGATI, o projeto SulAm Indígena, apoiado pelo Fundo Amazônia (FAM)/BNDES e executado por nós (IEB). O evento reuniu parceir@s a fim de discutir os frutos dessa parceria no sul do Amazonas. [#TBT](#)

10 anos de implementação da PNGATI no sul do Amazonas: a ex...

Evento de intercâmbio

10 anos de implementação da PNGATI no sul do Amazonas: a experiência do Projeto SULAM INDÍGENA

Instagram:

IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
Publicado por Luana Lúty · 10 de março

Mais de 40 indígenas das etnias Agurú e Iamamã se reuniram na Terra Indígena (TI) Água Preta/Mani, no sul do estado do Amazonas, próxima ao município de Pauini, entre os dias 9 e 12 de março, em um encontro de intercâmbio e troca de experiências dos agentes ambientais indígenas.

A iniciativa também integrou o encerramento de atividades do SulAm Indígena, projeto que se iniciou em 2017, apoiado pelo Fundo Amazônia (FAA), para promover a implementação e a Rádica Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas (RNGATI) no região e o fortalecimento das associações indígenas.

Nas ocasiões, os agentes ambientais indígenas e os promotores compartilharam experiências de monitoramento e identificação de seus territórios. Foram compartilhados depoimentos sobre as lutas de preservação e proteção de ecossistemas ameaçados na região, com o papel essencial e o traço.

#FAA #FURUS #gestãoterritorial #mensuraisindígenas

Leia mais em <https://ieb.org.br/encontro-de-intercambio-de-agentes-amb/>



IEB-ORG-011

Encontro de intercâmbio de agentes ambientais indígenas no sul do Amazonas mobiliza povos pela conservação dos territórios - IEB

454 Pessoas alcançadas · 50 Engajamentos · 1 = 1,5x mais alto Potencial de distribuição

[Turbinar publicação](#)

4 comentários

IEB iieboficial



[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por marcelamenezes4 e outras 41 pessoas

iieboficial No #TBTSulAmIndígena de hoje voltamos ao início do ano, antes da pandemia, quando nossas atividades de campo ainda estavam em pleno vapor. Na foto, Agentes Ambientais Indígenas de TI Caititu, da Aldeia Arapaçú, realizam demonstração de plantio de mudas de citrinos utilizando Sistemas Agroflorestais (SAFs). Por segurança, ainda não podemos retomar nossas atividades normalmente no campo, mas o SouthAm Indígena, com o apoio do Fundo Amazônico e em parceria com as associações indígenas, continua trabalhando para as comunidades do sul da Amazônia. #SulAmIndígena #TerrasIndígenas

IEB iieboficial



73 INDÍGENAS CAPACITADOS EM RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

45H DE ÁREAS RECUPERADAS POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO DE SAFS

93 VISITAS DE ATER REALIZADA NAS COMUNIDADES

ISSO É **SulAm Indígena**
Implementando Políticas Terras Indígenas do Sul do Amazonas

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por andreia_bavaresco e outras 44 pessoas

iieboficial O Controle Territorial e a Gestão Ambiental de terras indígenas são eixos do Projeto SulAm Indígena. Nesse sentido, formamos 73 indígenas em capacitação territorial, valorizando o conhecimento tradicional associado a instrumentos de proteção; recuperamos 45 hectares de áreas degradadas, por meio da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs); e realizamos 93

 iieboficial



 iieboficial



 iieboficial







ASPECTOS AMBIENTAIS

Preencher a planilha “Aspectos Ambientais”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo, com os dados referentes às exigências contratuais de comprovação da regularidade ambiental das intervenções previstas no projeto.

Deverão, portanto, constar na planilha a descrição das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, bem como as informações referentes às respectivas manifestações do órgão ambiental competente autorizando a execução da atividade. No caso de emissão de declaração de inexigibilidade de licenciamento ambiental pelo órgão competente para algumas ou todas as atividades do projeto, deverão constar na planilha a descrição das atividades correlacionadas ao documento que declarou inexigível o seu licenciamento.

Referente ao período do relatório não foram desenvolvidas atividades pertinentes ao item.